

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

20 a 26 de Janeiro de 1992 Nº 22

REUNIÃO MULTILATERAL ANGOLANA VAI DEBATER AS BASES DO SISTEMA

A reunião multipartidária (ver clipping nº 21 p.I e 06) que decorre em Luanda entre o governo e 26 partidos da oposição, com exceção da UNITA, deverá debater as normas da presença de observadores internacionais nas eleições de setembro, o voto dos angolanos residentes no estrangeiro, o direito de antena e uma revisão constitucional. Além disso, determinará se as eleições presidenciais e as legislativas serão ou não em simultâneo e qual a duração dos mandatos do Presidente e dos deputados.

O presidente José Eduardo dos Santos suspendeu por 24 horas a reunião multipartidária em virtude da discussão quanto ao caráter do encontro. A oposição através de uma proposta apresentada por Joaquim Pinto de Andrade, líder do PRD, exigiu a sua conversão num fórum com poderes deliberativos de modo a escapar ao controle governamental.

Com a suspensão, o governo iniciou uma série de contatos com os partidos participantes. O fruto deste diálogo foi um novo acordo, segundo o qual os partidos políticos podem convocar esta reunião multilateral sempre que acharem necessário, e as suas conclusões passam diretamente para o Parlamento, sem o parecer do governo. (pp. 1,4,5 e 6).

"AJUSTAMENTO" GOVERNAMENTAL (Cabo Verde)

O primeiro ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga, anunciou a nova composição do seu governo, mantendo praticamente nos mesmos lugares os antigos membros do executivo. Mais do que nomes, o governo passará a ter uma nova estrutura, havendo casos de mudança de denominação. A demissão atingiu apenas ao antigo ministro Luís Leite (Saúde) e os secretários de Estado Arnaldo Silva (Comunicação Social e Assuntos Parlamentares) e José Manuel Pinto Monteiro (Emigração e Comunidades). Somente dois nomes fora da área do Movimento Para a Democracia (MPD) foram cooptados: Ulpio Fernandes para a secretaria de Estado das Finanças e Claudio Veiga para a secretaria do Estado do Emprego. O primeiro é empresário e o segundo um jovem quadro do antigo ministério do Plano e Cooperação. (p. 09)

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edison Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

Em importante artigo publicado no Expresso, Abdul Magid Osman, ex-ministro das Finanças de Moçambique, atual coordenador do Management Development Programme no PNUD (ONU), apresenta as perspectivas da economia moçambicana para o pós-guerra. Segundo ele, devem ser distinguidos dois períodos: um primeiro, de quatro a seis anos (curto e médio prazos), e um segundo, de mais de cinco anos (longo prazo). No primeiro, é de se esperar um significativo crescimento anual do PIB, devido a três fatores: o baixíssimo ponto de partida (Moçambique apresenta os piores indicadores sociais no mundo); a recuperação dos setores agrícola e de transportes, duramente atingidos pela guerra e que, terminada esta, poderiam duplicar suas atividades a médio prazo; e as medidas de ajustamento econômico atualmente em curso, com a opção pela economia de mercado, sendo fundamental o processo de privatização. Estas perspectivas de crescimento a curto e médio prazo tem alguns pressupostos. O primeiro destes é a expectativa de que o acordo cessar-fogo traga uma substancial melhora nas condições de segurança (o que não é certo). O segundo liga-se a situação da África do Sul; segundo Osman, devemos esperar que o desmantelamento do Apartheid ocorra de maneira pacífica, não implicando na desintegração da economia deste país, onde se verifica uma crise de confiança, com fuga de capitais, pois "com uma política inteligente, era possível obter vantagens de uma economia sul-africana forte". Finalmente, deve-se esperar a manutenção da ajuda internacional no mesmo nível dos últimos anos, e mesmo um aumento. Findo este primeiro período de crescimento, com o esgotamento dos dividendos da paz e com a possível falência das medidas tradicionais de ajustamento, virão à superfície os problemas estruturais da economia e da sociedade moçambicana. E, "não obstante as elevadas taxas de crescimento, Moçambique continuará sendo um dos países mais pobres do mundo". (pp. 14-15)

DOADORES PROMETEM INVESTIMENTO NOS PROJETOS DE CABORA BASSA (Moçambique)

A Alemanha, a Itália, a França e os países nórdicos propuseram-se a financiar uma quantia em torno de 150 a 170 milhões de dólares para o projeto de abastecimento energético do Zimbábue, a partir da barragem moçambicana de Cabora Bassa. O financiamento do projeto depende das garantias de segurança e da avaliação de questões técnicas, financeiras e ecológicas.

O projeto faz parte de uma rede regional de energia, no âmbito da Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e poderá entrar em funcionamento em finais de 1995, devendo absorver 500 megawatts (25% da potência total da barragem). (p. 12)

ANC AJUDARÁ A COMBATER PARTIDO CONSERVADOR (África do Sul)

Nelson Mandela, presidente do ANC, garante que sua organização fará todo o possível para combater a influência crescente do partido branco da ultra-direita, o Partido Conservador (CP). Não há dúvida, segundo o líder africano, que o CP constitui uma ameaça séria às negociações e até ao próprio governo do presidente F. W. de Klerk, do Partido Nacionalista. Apesar do ANC não confiar totalmente no presidente de Klerk, o seu desaparecimento político implicaria "na volta ao ponto de partida" esclareceu Mandela. (p. 17)

RUPTURA NA OPOSIÇÃO GUINEENSE

Um grupo de dirigentes da Frente Democrática Social (FDS), entre os quais o segundo vice-presidente do partido, Cumba Ialá, acusou o seu líder, o veterano Rafael Barbosa (ex-presidente do PAIGC, acusado de traição e envolvimento no assassinato de Amílcar Cabral), de fazer acordos secretos com o presidente do país, Nino Vieira. Por estes acordos, Rafael Barbosa abriria mão de sua candidatura à presidência, em favor de Nino Vieira. Barbosa, em resposta, confirmou sua candidatura, e obteve a expulsão de quatro membros da direção do partido envolvidos na contestação à sua posição. Isto levou à saída de 23 membros da Comissão Política do partido (mais da metade dos seus componentes), que formaram uma nova organização, o Partido da Renovação Social, presidido por Cumba Ialá. Esta foi a terceira cisão ocorrida na FDS desde sua constituição. Anteriormente haviam saído Aristide Meneses, que hoje lidera a Frente Democrática (FD), e Vítor Saúde Maria, ex-primeiro ministro, que fundou o Partido Unido Social Democrata (PUSD), e pretende candidatar-se à presidência. Por sua vez, o "Grupo dos 121", movimento de renovação do PAIGC, tinha uma reunião marcada para o dia 23 de janeiro, onde poderia ser decidida a formação de um novo partido político. [Atualmente existem na Guiné-Bissau, legalmente reconhecidos, seis partidos: o PAIGC, a FDS, o Movimento Bafatá, FD, o PUSD e o Partido da Convergência Democrática (PCD)]. (pp. 10-11)

PRIVILEGIAR OS EUA E ALICIAR A ÁFRICA DO SUL

Cabo Verde, Marrocos, Japão, Hungria e Venezuela são, a partir deste ano, os novos membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas por um período de dois anos. Eles substituíram respectivamente: Costa do Marfim, Zaire, Iêmen, Romênia e Cuba.

O ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, disse ao Público que espera a concretização das relações diplomáticas com a África do Sul para este ano. A África do Sul estaria interessada em investir na República de Cabo Verde, principalmente no setor de turismo.

Jorge Fonseca afirmou que há pragmatismo nas relações externas cabo-verdianas, mas os EUA são parceiros privilegiados. Até pela grande comunidade de emigrantes de Cabo Verde, neste país. (pp. 08 e 09)

UM POLVO ECONÓMICO (África do Sul)**UM DIAMANTE PARA COMEÇAR**

As duas matérias do Público tem como objeto o mais poderoso grupo económico da África do Sul, a Anglo American Corporation (AAC), que em 1990 controlava entre 30% (dados do próprio presidente da AAC, Julian Ogilvie Thompson) e 45% (dados do anuário "Who Owns Whom") das ações da Bolsa de Valores de Joanesburgo. É descrito o processo de constituição do poderio da AAC, e são discutidos até que ponto a AAC domina a economia do país, e em que medida ela influencia o processo político sul-africano. [A AAC apóia, desde os anos 40, iniciativas no sentido da liberalização, nos planos político e económico] (pp. 21-22)

LINHAS AÉREAS SUL-AFRICANAS VOLTAM A AUSTRÁLIA

A abertura das oportunidades comerciais na África para as empresas sul-africanas, após os acontecimentos de fevereiro de 1990, continua crescendo. Os vôos das Linhas Aéreas Sul-africanas (SAA) para a Austrália, interrompidos por decisão política em outubro de 1987, serão de novo efetuados semanalmente a partir de janeiro. O presidente F.W. de Klerk pronunciou-se a favor da participação do país em estruturas e conversações regionais sobre questões de segurança e desenvolvimento, salientando que a África do Sul terá "um papel construtivo" nas mesmas. O comércio sul-africano com outros países da África cresceu 25% este ano, atingindo um valor de cinco bilhões de rands. Numa pesquisa feita pela SAFTO, uma organização especializada em questões de comércio internacional, empresários sul-africanos escolheram Angola como o país com maiores possibilidades de comercialização. No segundo lugar, colocaram o Quênia, e no terceiro, a Zâmbia.

(p. 17)

Índice

Angola	01-07
Cabo Verde	08-09
Guiné-Bissau	10-11
Moçambique	12-15
África do Sul	16-22

Revisão constitucional em duas fases

NO SEU DISCURSO de abertura da reunião multipartidária que ontem se iniciou em Luanda, o Presidente Eduardo dos Santos defendeu a alteração da Constituição angolana em duas fases. A primeira, a efectuar-se dentro de poucos meses, teria um carácter pontual, e limitar-se-ia a dar "uma maior clareza e a precisar a função dos órgãos do poder do Estado". A segunda seria uma revisão profunda, "cujas bases gerais seriam aprovadas pelos partidos políticos" e pela futura Assembleia Nacional eleita pelo povo, em Setembro próximo.

Eduardo dos Santos lamentou a recusa de participação da UNITA e pediu aos participantes que não desmintam as esperanças da população num "futuro imediato de estabilidade, paz e reconciliação nacional" e chamou a atenção dos partidos presentes para a necessidade de respeitarem as decisões dos acordos de Bicesse. De acordo com o Presidente, o Governo continuará a assumir papel central e será "um garante isento e flexível do processo de paz".

A reunião multipartidária foi aberta ontem ao princípio da noite, no Palácio 10 de Dezembro, mas só iniciará efectivamente os seus trabalhos hoje de manhã, tendo como objectivo encontrar os mecanismos para acelerar o processo de democratização.

No fórum participam 26 partidos políticos, representantes das Igrejas Católica, além de diversas personalidades. Os anteprojectos da lei eleitoral, sobre a observação internacional das eleições, o Conselho da Comunicação Social, o direito de antena e o exercício da actividade da radiodifusão são os principais temas em análise e sobre os quais as diferentes forças darão os seus pareceres.

Resistência da UNITA

A UNITA, em alternativa a esta reunião, reivindica o diálogo directo com o Governo. Outro tema da reunião será o do direito de voto para os angolanos residentes no estrangeiro. A UNITA tem recusado o direito de voto destes cidadãos, sobretudo os presumíveis três milhões de residentes nos países vizinhos, principalmente no Zaire. Ontem, ao princípio da tarde, o Conselho Nacional da Oposição pediu à UNITA que reconside-

rasse a sua posição de não participar no encontro.

As várias organizações religiosas nas suas mensagens à conferência pediram igualmente para que não se ignorassem os acordos de Bicesse, considerando-os de valor histórico e jurídico significativo.

O cardeal de Luanda, Dom Alexandre do Nascimento disse que foi "um gesto responsável do Presidente da República" a convocação da reunião. Augusto Chipesso, do Conselho Angolano das Igrejas Evangélicas, afirmou que a sua organização "não apoia a ideia de uma conferência nacional" pois defende um comportamento "que determine um processo suave".

A reunião prossegue hoje com a constituição dos grupos de trabalho que darão os pareceres técnicos sobre as propostas legislativas em debate. Os representantes dos EUA, Portugal e Rússia na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) participam como convidados.

EDUARDO DOS SANTOS SUSPENDE MULTIPARTIDÁRIA

O Presidente angolano, Eduardo dos Santos, suspendeu ontem os trabalhos da reunião multipartidária que reúne em Luanda todos os partidos menos a UNITA, após ter considerado que a aprovação de uma proposta apresentada pelo Partido Renovador Democrático (PRD) corresponderia a um "golpe de Estado". A proposta, defendida pelo líder do PRD, Joaquim Pinto de Andrade, propunha que a reunião se transformasse numa "convenção política multilateral sobre a transição" que aprovaria depois a constituição de um "colégio de reconciliação nacional" para garantir a "transição pacífica, a imparcialidade do Estado e dos seus órgãos", intervindo na aprovação da legislação eleitoral e na data da sua realização. Eduardo dos Santos considerou que a proposta era inconstitucional e violava os acordos de Bicesse.

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE JANEIRO DE 1992

Holden Roberto modera oposição

Gustavo Costa em LUANDA

O LÍDER histórico da FNLA, Holden Roberto, está a afirmar-se como uma autêntica surpresa ao adoptar posições muito equilibradas, que permitiram eliminar focos de tensão aparentemente irreconciliáveis entre o Governo e a oposição.

Uma emenda de carácter vinculativo, que definiu a natureza e o estatuto da reunião multipartidária que decorreu esta semana em Luanda, salvou o Governo e a oposição de uma ruptura no início dos trabalhos.

Eduardo dos Santos qualificou de tentativa encoberta de golpe de Estado uma proposta do PRD, apoiada por uma parte significativa das outras formações políticas, para a constituição de um colégio de reconciliação nacional, que teria poderes para exercer a autoridade e vetar decisões do Governo.

Os trabalhos foram suspensos durante a quarta-feira

para consultas. O impasse foi ultrapassado após o Governo apresentar uma nova versão do regimento, em que fez algumas cedências mas manteve intactos os poderes do Presidente da República.

Entretanto, na quinta-feira, data inicialmente prevista para o encerramento da reunião, existiam ainda pequenas fricções em torno do regulamento do encontro, mas era notória por parte do Governo e da oposição a preocupação em evitar um eventual insucesso.

Perante a iminência de uma ruptura, seis líderes das formações políticas mais representativas, reunidos de emergência com Eduardo dos Santos, adoptaram uma postura mais flexível através de uma plataforma de conciliação que assegurou o prosseguimento dos trabalhos. Holden Roberto ajudou a eliminar os focos de tensão e ficou garantida a autoridade do Governo para conduzir o país até às eleições.

Angola projecta ano 2000 a partir do êxito do basquetebol

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE JANEIRO DE 1992

ANGOLA começa a renascer para o desporto. Exemplos não faltam e ainda na semana passada o país viveu momentos de grande emoção, primeiro com a conquista do título de campeão africano de basquetebol e depois com a passagem do Rali Paris-Cidade do Cabo pelo seu território, dois acontecimentos que captaram as atenções gerais um pouco por todo o lado.

Atento a tudo o que se tem passado, Oswaldo Jesus Serra Van-Dünem, o recém-nomeado ministro da Juventude e Desportos da República Popular de Angola, afirmou ao EXPRESSO que «este é um momento de relançamento para o desporto angolano, depois de um longo período de guerra que teve reflexos negativos em todos os aspectos». O ministro considerou o êxito da selecção de basquetebol e a inclusão de Angola no percurso do rali como «dois importantes estímulos para se progredir e fazer o desporto angolano sair do anonimato».

Ao mesmo tempo que em Luanda se comemorava o regresso dos «Palancas Negras», organizando-se um desfile pela capital com os basquetebolistas campeões, em Dakar decorria a cerimónia de abertura do Campeonato Africano de Futebol, competição em que, uma vez mais, Angola não está presente, embora se trate de uma das modalidades mais populares. Este contraste, que nos

meios afectos ao basquetebol angolano deu origem a algumas anedotas visando o trabalho desenvolvido pelo futebol local, é «um espelho da realidade», segundo Serra Van-Dünem.

«O futebol é, sem dúvida, o desporto do povo e goza de uma enorme popularidade. No entanto, debate-se com grandes dificuldades e ainda está longe de atingir a expressão desejada, mantendo-se arredado das grandes competições internacionais», afirmou o ministro. Em contrapartida, «a nível internacional, temos conseguido alcançar resultados significativos noutras modalidades, que, fruto dos sucessos obtidos, começam também a ganhar grande popularidade, como é o caso do basquetebol, mas ainda do hóquei em patins, xadrez, natação e até o ténis», que ameaçam mesmo «envergonhar» o futebol.

Com os olhos na Fórmula 1

Para relançar o desporto angolano, o Governo «traçou já um plano de desenvolvimento definindo a política a adoptar nesse sentido até ao ano 2000», revelou ao EXPRESSO o ministro da Juventude e Desportos, explicando que «as bases deste projecto, que contempla uma enorme diversidade de modalidades,

desde o futebol ao automobilismo, passam sobretudo pela criação de estruturas e um trabalho de formação». Ganha particular importância a atenção dispensada ao desporto escolar, tido como «o nível de iniciação e lançamento».

O objectivo do plano que Serra Van-Dünem está a colocar em prática «visa dignificar e popularizar ainda mais o desporto angolano, e neste momento uma das prioridades é oferecer condições para que as inúmeras associações provinciais se organizem em federações de âmbito nacional, libertando o ministério para desempenhar apenas os papéis de coordenação e apoio».

«Este será um passo de grande importância para o êxito dos nossos projectos ao nível do desporto e a situação de pacificação que estamos a viver é determinante, pois a guerra implicou muitos condicionalismos, que também se reflectiram nesta área», acrescentou.

Os sucessos angolanos no basquetebol, que nos últimos anos têm proporcionado alguns dos melhores resultados na cena internacional, contribuíram por si só para o dinamismo que se sente nesta modalidade, mas a recente passagem por Angola da caravana do Rali Paris-Cabo pôs em evidência outra das paixões dos angolanos, o automobilismo.

Angola sempre teve tradições no

automobilismo, possui dois autódromos e foi já cenário de algumas das competições africanas mais importantes. Embora se trate de uma modalidade que, pelos custos que acarreta, tem um acesso participativo limitado em todo o mundo, os responsáveis angolanos não o ignoram nem marginalizam, «pelo contrário, estamos bem cientes da sua espectacularidade e interesse que desperta junto das pessoas», comentou Van-Dünem.

Longe de considerar o automobilismo «elitista», o titular da pasta da Juventude e Desportos de Angola faz mesmo questão de recordar que «durante o período de guerra houve províncias, como Luanda, Huila e Namibe, que nunca deixaram de ser palco de corridas e ralis», mantendo viva a paixão pelos desportos motorizados.

Entre muitos aspectos, «o facto de proporcionar um contacto directo com as populações» foi um dos factores que determinou a abertura das autoridades angolanas à passagem pelo país daquela que é a mais importante competição mundial de todo-o-terreno, o rali Paris-Cabo, que este ano se realizou pela primeira vez. «Por outro lado», adiantou Serra Van-Dünem, «a presença de uma caravana trazendo consigo mais de um milhar de elementos, entre os quais algumas dezenas de jornalistas de

diversos países, permitirá certamente divulgar pelo mundo uma imagem positiva de Angola, num momento em que estamos finalmente a viver a paz».

Projectos não faltam e se alguns começam já a ganhar forma, como a realização de um Campeonato do Mundo de Vela em Angola no próximo ano, outros, «a seu tempo, serão aprofundados».

É o caso da Fórmula 1, a modalidade rainha do automobilismo, que em Angola merece honras de transmissão televisiva em directo, e que levou à construção do Autódromo de Luanda, recentemente confiado à Associação Provincial de Desportos Motorizados de Luanda depois de ter-se mantido encerrado durante longos anos.

Aliás, o ministro angolano admitiu que há algum tempo atrás foi feita uma abordagem a Bernie Ecclestone, o «patrão» da Fórmula 1, «procurando inteirar-nos das exigências para uma realização desta envergadura». E concluiu: «Por enquanto é prematuro pensarmos na Fórmula 1, mas com o evoluir da situação em Angola estou certo que a seu tempo haverá uma oportunidade para o assunto ser reanalisado», satisfazendo um sonho que nasceu há 20 anos e ainda não foi esquecido.

Alexandre Correia
em Angola

Doença sem controlo

Dulce Neto

PÚBLICO SABADO 18 JANEIRO 1992

Em Angola, a sida é já uma questão de saúde pública. Aos preconceitos, junta-se a falta de meios. O resultado é que nem sequer há despitação da doença. No Brasil, a situação não é menos preocupante.

Em Angola, há doentes com sida três e quatro vezes internados no pavilhão hospitalar de cólera, porque ninguém é capaz de fazer o diagnóstico correcto. As agulhas utilizadas no tratamento a estes pacientes jazem por vezes em qualquer canto, sem cuidados especiais, o que facilita a transmissão do vírus. Só depois de mortos é que se descobre que os casos de diarreia, paludismo, tuberculose ou malária eram afinal vítimas de sida.

Este é apenas um dos cenários que permite a Teresa Cohen,

professora da Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, afirmar que a situação desta doença em Angola é um "problema grave de saúde pública".

A especialista, presente no I Congresso Internacional de Medicina Familiar dos PALOP, avisa, no entanto, que a "questão não está a ser encarada de forma bastante séria", não só porque "em África nem sempre se investe naquilo que se deve", mas porque, fruto de convulsões políticas e sociais, em Angola "tem havido má gestão sanitária e utilização de recursos". Em 1985 o Governo anunciava os primeiros cinco casos de sida em angolanos, mas só em 1987 nascia o primeiro grupo de trabalho nesta área. Dos 0,196 mil milhões de kwanzas do orçamento angolano para a saúde, não há qualquer verba disponível para a sida.

Dados oficiais revelam 113 óbitos por sida em 1991. Porém, Teresa recorda que estes números estão longe da realidade. Num estudo realizado em 968 pessoas normais, aparentemente saudáveis, verificaram-se "re-

sultados alarmantes": 9,3 por cento eram seropositivos.

A principal via de transmissão é a sexual, um facto que leva a professora a insistir na necessidade de uma educação comportamental. "A sociedade angolana é muito machista, os homens indignam-se — 'eu lá vou fazer amor com borra-chas' —, a mulher tem quase uma necessidade de distribuir prazer e não recusa as propostas de sexo oral, anal e vaginal no mesmo acto. É fácil imaginar a magnitude da circulação do vírus...". Ou seja, "do que precisamos é de um estudo do comportamento, porque as características do vírus são estudadas em laboratórios estrangeiros e nós não devemos perder tempo em adquirir tecnologia neste sector, mas educar o povo".

No Brasil a situação não é menos inquietante, "é desastrosa, sobretudo no grupo de prostitutas", alarma Pedroso Lima, especialista em Doenças Infecciosas do Hospital Emílio Ribas. Um inquérito feito a 400 destas mulheres, tidas como "veículo muito importante de transmissão de sida", 4 a 6 por cento das "de alta renda" tinham HIV 1 e 2 e 12 por cento das de "baixa renda" manifestavam 13 por cento. Cerca de 30 a 40 por cento destas mulheres tinham hepatite B e 65 sífilis. Depois dos EUA, afirma o médico, "o caos neste sector está no Brasil. E daqui a dez anos..." ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 14 JANEIRO 1992

UNITA SAI DE CABINDA — A UNITA anunciou ontem que vai "retirar" as suas tropas de Cabinda, incluindo o seu grupo de fiscalização. "por falta de transparência" do Governo na solução do problema "e a tentativa de retirar [o enclave] do quadro dos acordos de Bicesse". O anúncio foi feito pelo Comité Permanente da Comissão Política da UNITA num comunicado lido pelo seu responsável pela informação, Jorge Valentim. "Tomámos esta decisão tendo em conta que as nossas iniciativas perante o Governo não estão a ter resultados", afirmou aquele responsável, citado pela agência Lusa. A retirada militar da UNITA de Cabinda constitui, segundo aquele responsável, "um aviso muito sério ao Governo", que tem na região 15 mil soldados em posição de guerra, disse aquele responsável. "Não seremos observadores passivos naquela situação", garantiu.

Tudor mantém pilhas em África

APESAR dos recentes desinvestimentos, a Tudor vai manter-se no negócio das pilhas canalizando para África (Angola e Moçambique) os seus investimentos no sector. «A fabricação de pilhas Tudor far-se-á agora exclusivamente em Angola e Moçambique, com possibilidades futuras de exportação para outros mercados. Existem planos de investimento em África, um mercado com tendência para a estabilização», revelou ao EXPRESSO

Tudor

João Salvador, administrador-delegado da Sociedade Portuguesa do Acumulador Tudor (SPAT).

No seio do grupo, as participações da Tudor nas sociedades angolana e moçambicana do Acumulador Tudor, bem como na Tudor Centre Afrique (na República Centro Africana) são controladas directamente pela SPAT.

Na sequência da criação da

acção para o grupo, a Tudor anunciou, esta semana, a alienação das suas empresas Pilhas Secas Tudor, em Portugal (por um valor que rondou um milhão e meio de contos) e Pilhas Secas Tudor, em Espanha, à Ralston Energy Systems Iberica (produtora das pilhas Ucar).

A Tudor decidiu concentrar as suas actividades no sector da produção de baterias industriais e de arranque (em que é o terceiro produtor europeu) tendo adquirido nos últimos anos a Hagen Battery (1989) e a Neste Battery (1990-91). Face à tendência de concentração verificada no sector (dominado pela Varta e pela Magneti Marelli), a empresa controlada pela Corporación Industrial Banesto deverá prosseguir a sua política de aquisições de empresas concorrentes.

EXPRESSO

18 DE JANEIRO DE 1992

“Multipartidária” em Angola começa hoje

PÚBLICO
14 JANEIRO 1992

A REUNIÃO “multipartidária” angolana preconizada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, decorre a partir de hoje em Luanda, para debate — durante três dias — da legislação que permita realizar eleições no fim de Setembro.

No entanto, a UNITA não participa, pois não se quer colocar em pé de igualdade com muitos partidos só recentemente formados, dizendo que o seu diálogo é directamente com o Governo, na base do que no ano passado foi acordado em Portugal e no âmbito da Co-

missão Conjunta Politico-Militar (CCPM).

A reunião do MPLA e dos demais partidos que aceitaram a proposta presidencial deverá debater as normas da presença de observadores internacionais nas eleições de Setembro, o direito de antena e uma revisão constitucional.

Além disso, há que determinar se as presidenciais e as legislativas são ou não em simultâneo e qual é que será a duração dos mandatos do Presidente e dos deputados, prevendo-se em princípio que possa ser respectivamente de cinco e de quatro anos.

O Conselho da República, órgão consultivo da Presidência, entende que não deve haver sobreposição de mandatos, a fim de se evitar qualquer vazio do poder na altura em que tanto o Chefe do Estado como o Parlamento cessassem funções.

O processo eleitoral vai custar pelo menos 15 milhões de dólares; e isto no caso de as presidenciais e as legislativas serem em simultâneo, sem necessidade de uma segunda volta.

Resta ainda ver, entretanto, se será dado o direito de voto aos milhões de angolanos residentes

no estrangeiro, designadamente aos que vivem nos países vizinhos, como o Zaire.

Tudo o que for decidido na reunião que hoje principia será depois levado à Assembleia do Povo, para ratificação, nos dias 6 e 7 de Fevereiro. Mas há sempre o problema de a UNITA, uma das forças políticas fundamentais em Angola, não concordar com este procedimento.

Conferência nacional

A “multipartidária” é uma

forma de o Governo evitar a “conferência nacional” solicitada por muitas das novas forças políticas e a que tanto o MPLA como a UNITA se opõem, convencidos que estão de serem os dois grupos principais, com muito mais simpatizantes do que qualquer outro.

No entanto, em entrevista publicada no primeiro número do jornal luandense “Correio da Semana”, o líder do Partido Renovador Democrático (PRD), Joaquim Pinto de Andrade, descartou a hipótese de o MPLA ou a UNITA vencerem as eleições por maioria absoluta.

O PRD e o Partido Democrático Angolano (PDA), de Alberto Neto, são duas das mais destacadas das formações políticas surgidas no último ano, podendo aparentemente aspirar a uma certa representação no próximo Parlamento.

Para além deles, porém, há ainda que contar com a velha FNLA, de Holden Roberto, com a Frente para a Democracia (FpD, de Vieira Lopes), com o Fórum Democrático Angolano (FDA, de George Chikoti), com o Partido da Aliança Juvenil, Operária e Camponesa (Pajoca) e com o Partido de Renovação Social (PRS), para além de algumas formações ainda embrionárias e que poderão nunca chegar a concretizar-se. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 DE JANEIRO DE 1992

Reunião multilateral angolana vai debater as bases do sistema

O CONJUNTO dos partidos políticos angolanos, com excepção da UNITA, reunidos desde terça-feira em Luanda, adoptaram o regulamento interno do encontro, retomando os trabalhos amanhã.

Esta conferência, que reúne 26 partidos sob a presidência do Chefe do Estado, José Eduardo dos Santos, está encarregada de debater a legislação eleitoral e as grandes linhas da futura Constituição de Angola.

Foram já definidos cinco temas, que dizem respeito à lei para as eleições, ao controlo do sufrágio pelos espe-

raçados observadores estrangeiros, à revisão da lei dos partidos políticos (adoptada a 22 de Março de 1991 pelo Parlamento), à comunicação social e às modalidades de acesso aos meios de informação públicos durante a campanha eleitoral.

O regulamento interno prevê que os princípios debatidos em comissões sejam depois submetidos ao plenário para aprovação. O Presidente da República advertiu, porém, de que “nenhuma proposta ou deliberação (deste encontro multipartidário) deverá ir contra o espírito dos acordos de paz do Estoril”.

Vários responsáveis parti-

dários criticaram e denunciaram a ausência do principal partido da oposição, a UNITA. Mas o facto é que o movimento de Savimbi se recusou a participar na reunião, afirmando que “apenas uma Assembleia Nacional eleita pelo povo poderá elaborar e aprovar uma Constituição”.

Acantonamento

Setenta e quatro por cento dos efectivos das forças militares governamentais angolanas e da UNITA encontravam-se nos seus acantonamentos a 8 de Janeiro, em conformidade com o plano de

paz supervisionado pela ONU em Angola, afirmou, em Luanda, o vice-ministro da Defesa, general António Ndalo.

Esse plano, assinado em Portugal a 31 de Maio de 1991, prevê os acantonamentos das tropas em presença e o desarmamento do conjunto dos soldados das duas partes (FAPLA e FALA), sob o controlo de 350 observadores da Organização das Nações Unidas, agrupados numa missão denominada Unavem-II, e a seguir a organização de umas novas Forças Armadas, compreendendo cerca de 50 mil homens.

PÚBLICO QUINTA FEIRA, 16 JANEIRO 1992

Angola discute transição

OS PARTICIPANTES na reunião multipartidária convocada pelo Presidente angolano só ontem ao fim da tarde começaram a discutir a legislação que regulará o período de transição. Uma proposta do líder da FNLA, Holden Roberto, alterou substancialmente a ordem da agenda de trabalhos — tratou-se de um pedido para que os vários partidos fizessem saudações à reunião para “passarem a sua mensagem”. Só uma minoria não se manifestou. Metade das forças voltou a tecer duras críticas ao regime e a reclamar uma conferência nacional soberana, situação que obrigou José Eduardo dos Santos a repetir que o seu Governo não aceita um fórum dessa natureza porque “os acordos de Bicesse são neste momento o único garante para se consolidar a paz”. O primeiro-ministro, França Van-Dunem, dissera de manhã que os partidos “não têm mais legitimidade” para convocarem uma conferência nacional. A posição foi contestada pela oposição e o líder do Partido Renovador Democrático, Joaquim Pinto de Andrade, propôs mesmo a instituição de um Colégio de Reconciliação Nacional. No seu âmbito seriam tratadas todas as questões relevantes sobre a transição para a Segunda República, expressa ou implicitamente deixadas em aberto nos acordos de Bicesse. ■

Governo controla "multipartidária"

APESAR dos precalços, o Governo angolano está a conseguir levar por diante a reunião multipartidária iniciada há cinco dias e que poderá tentar transformar numa espécie de frente comum contra a UNITA, que a boicotou.

Por outro lado, o Presidente José Eduardo dos Santos anunciou ter feito contactos com diversas facções da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, para tentar resolver o problema daquela província.

O regulamento interno da "multipartidária" foi ontem aprovado, depois de uma reunião de concertação entre o Governo e cinco formações políticas, consideradas as mais importantes das 26 que participam nos trabalhos (e que impropriamente têm sido todas elas designadas partidos, pois que em grande parte são apenas embriões).

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Partido Renovador Democrático (PRD), a Frente para a De-

mocracia (FpD), o Partido Democrático Angolano (PDA) e a Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA) conseguiram um entendimento com as autoridades, no sentido de se acelerar o processo de democratização do país.

As conclusões desta reunião que forem alcançadas por unanimidade vão ser vinculativas para todos os que nela participam e o Governo deverá levá-las à Assembleia do Povo, para provável aprovação. Mas se forem apenas tomadas por uma maioria simples assumirão a forma de recomendações, que igualmente deverão ser apreciadas pelos deputados, embora com menor probabilidade de passarem a lei.

Comissões de trabalho, formadas por membros de todos os "partidos" participantes, estão desde ontem a analisar os anteprojectos da legislação referente a eleições, comunicação social, direito de antena e revisão constitucional.

Duzentos observadores estrangeiros deverão começar ainda este mês a chegar a Luanda, a fim de prepararem e coordenarem a equipa de angolanos que vai supervisionar as eleições previstas para finais do mês de Setembro.

Acusações à UNITA

A primeira sessão dos trabalhos de ontem foi dominada por uma intervenção do general António dos Santos França, "N'dalu", chefe da delegação do Governo na Comissão Conjuncto Político-Militar (CCPM).

Ao abordar a forma como está a ser concretizado o processo de paz o ano passado delineado em Portugal, teceu duras críticas à UNITA, que mais uma vez acusou de estar a levantar obstáculos a que a administração central do Estado angolano se alargue a todo o território.

Segundo ele, isso poderá comprometer o recenseamento

eleitoral que é necessário fazer para que se saiba quais os cidadãos com direito a voto, nas primeiras eleições multipartidárias angolanas, que deverão ser tanto legislativas como presidenciais. Mas o movimento de Jonas Savimbi já disse que o território por si controlado é apenas uma pequena parte de toda a extensão de Angola, de modo que o recenseamento se poderia ir efectuando em todo o resto do país.

Entretanto, a CCPM adiou "sine die" a deslocação que deveria ter efectuado ontem ao Huambo, pois que a delegação da UNITA não compareceu no aeroporto de Luanda, para seguir viagem.

Salupeto Pena, chefe do grupo de Savimbi na Comissão, alegou que os seus homens não compareceram na aerogare porque o general N'Dalu também lá não estava! E assim se continuam a arrastar algumas fases do processo, com recriminações e mais recriminações entre os dois parceiros principais.

No Huambo, cidade que no tempo colonial se chamou Nova Lisboa, a CCPM deverá constatar as condições em que está a funcionar o Comando Superior das Forças Armadas, bem como a evolução do primeiro curso de instrutores do futuro Exército, curso iniciado em Dezembro. ■

Pires Ferreira, em Luanda

"Multipartidária" recomeça trabalhos

A REUNIÃO multipartidária que decorre em Luanda entre o Governo e 26 partidos da oposição, com excepção da UNITA, recomeçou ontem à tarde os seus trabalhos, após uma interrupção de 24 horas imposta, na noite de quarta-feira, pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Foi a questão do âmbito do encontro que esteve na origem da polémica. A oposição, através de uma proposta apresentada por Joaquim Pinto de Andrade, líder do PRD, exigiu a sua conversão num fórum com poderes deliberativos de modo a escapar ao controlo governamental e do actual parlamento.

Durante a manhã de ontem, o Governo fez consultas unilaterais com os 26 partidos presentes para se chegar a consenso quanto ao regime da reunião. Na falta de unidade de pensamento, o Governo viu-se obrigado a flexibilizar alguns pontos da proposta inicial.

Esta segunda versão tem como alterações significativas a possibilidade dos partidos políticos convocarem esta reunião multipartidária sempre que a acharem necessária e as suas conclusões transitarem directamente para o parlamento, sem carecerem de aprovação do Governo.

Ontem à tarde, o regulamento acabou por ser aprovado

na sua generalidade, faltando apenas concertar alguns pontos. Relativamente ao secretariado da reunião, um outro ponto de discórdia, decidiu-se que o Governo será representado por três elementos e o conjunto dos partidos políticos por seis.

Antes do primeiro intervalo de ontem à tarde, Joaquim Pinto de Andrade insurgiu-se contra a forma como a Imprensa e o Presidente da República trataram a sua proposta relativa ao carácter da reunião. Eduardo dos Santos respondeu que ela era clara e vivava substituir os actuais órgãos de soberania, o que contrariava a constituição e os acordos de Bicesse. Relativamente à comunicação social, disse que os jornalistas assistem aos debates e são livres de julgarem as posições da maneira que o entenderem.

Os ânimos parecem estar mais ou menos serenados e o consenso estará paulatinamente a ser encontrado. A reunião começou há três dias, mas até ontem ao fim da tarde não tinha ainda saído do seu primeiro ponto da agenda de trabalhos. O PRD e a FPD (Frente Para a Democracia) têm sido os partidos mais activos na oposição e, curiosamente, a FNLA tem procurado "equilibrar a balança". ■

Pires Ferreira, em Luanda

"Multipartidária" angolana

PÚBLICO
DOMINGO, 18 JANEIRO 1992

Presidente evita hostilizar UNITA

O PRESIDENTE José Eduardo dos Santos rejeitou alargar o âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), dizendo que o Governo angolano nada fará que possa ser mal entendido pela UNITA e prejudicar, assim, o processo de pacificação.

Na reunião multipartidária que desde a semana passada decorre em Luanda (e que é boicotada pela UNITA), o líder do Partido Renovador Democrático (PRD), Joaquim Pinto de Andrade, pediu seis lugares de observadores na CCPM: para a Igreja Católica, para o Conselho das Igrejas Evangélicas e para quatro representantes das formações políticas não signatárias dos acordos de Bicesse.

Pinto de Andrade alegou as "constantes violações" daqueles acordos, assinados no ano passado em Portugal, e considerou que o Governo e a UNITA não têm o exclusivo de procurar soluções para os múltiplos problemas que se levantam na Comissão, como os do acantonamento de tropas e armas, da formação de um Exér-

cito único e da desmobilização de parte dos actuais soldados.

José Eduardo dos Santos respondeu-lhe que não subcreverá nenhuma proposta ou declaração que possa ser entendida pelo grupo de Jonas Savimbi como uma manipulação da "multipartidária", contra o outro signatário dos acordos de Bicesse.

Os trabalhos, que amanhã recomeçam, depois de uma interrupção durante o fim de semana, levam um considerável atraso em relação ao inicialmente programado, não se sabendo ainda quando é que terminarão. Para já, vão ser a nível de comissões, que analisarão as várias leis que hão-de regular o período de transição e as próprias eleições, previstas para o fim de Setembro.

As conclusões da reunião multipartidária são vinculativas para os participantes, devendo o Governo submetê-las à Assembleia do Povo, para que se transformem em lei. Mas quando forem por maioria simples — e não por unanimidade — não haverá tanto a certeza de serem

aprovadas pelos deputados, que no entanto as deverão sempre apreciar.

O PRD e a Frente para a Democracia (FpD) desejavam que a reunião fosse desde logo deliberativa, sem necessidade de as propostas passarem para a Assembleia. Mas o Presidente da República respondeu que isso equivaleria a "um golpe de Estado", pelo que vetou a proposta.

Amnistia aos desertores

Outras sugestões apresentadas sexta-feira na "multipartidária" referiam-se à institucionalização de encontros regulares entre a CCPM e as forças políticas que nela não estão representadas, a amnistia para os desertores do Exército governamental e a libertação de todos os prisioneiros de guerra, bem como dos presos políticos.

Os participantes propuseram ainda a integração nas Forças Armadas Angolanas, em formação, não só de ho-

mens do MPLA e da UNITA mas, também, de elementos da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) que ainda se encontram nas matas, de membros do Batalhão 32 da África do Sul, constituído por angolanos, e dos guerrilheiros da FLEC que lutam pela autonomia da província de Cabinda.

Segundo o Presidente José Eduardo dos Santos, o Governo está a discutir com as diversas tendências da FLEC uma solução política para "o enclave", mas há uma ala radical que evita o diálogo.

O Chefe do Estado disse também estarem a decorrer negociações com as autoridades sul-africanas acerca do Batalhão "Buffalo" (como é conhecido o 32), mas que a solução não parece fácil, dado que Pretória o considera parte do seu Exército.

A chamada "oposição civil" pediu o encerramento tanto do programa radiofónico "Angola Combatente", do MPLA, como da emissora da UNITA, "Voz do Galo Negro", enquanto a parte governamental alegava que a administração central do Estado ainda está longe de chegar a todo o território de Angola.

Entretanto, o movimento de Savimbi desmentiu — em conferência de imprensa — estar a ser um forte obstáculo ao alargamento daquela administração a todo o espaço angolano, incluindo as zonas onde a UNITA durante muitos anos actuou. ■

Vitor Silva, em Luanda

SEMANÁRIO... 18 JAN 92

Cavaco irritado com Soares

As recentes declarações do Presidente da República em Washington, acerca do processo angolano, causaram mal-estar no Governo português. Em síntese, Mário Soares afirmou na altura que se deveriam realizar eleições naquele país mesmo sem um recenseamento em devida forma.

Mário Soares — que falava após um encontro com o presidente norte-americano George Bush, na passada terça-feira — aludiu aos atrasos no processo eleitoral angolano e disse que «não há tempo, tal como as coisas estão, para um recenseamento em Angola antes das eleições previstas para Setembro de 1992». Estas declarações causaram estranheza no Palácio das Necessidades e no próprio gabinete do primeiro-ministro.

De facto, e segundo fontes fidedignas, a posição oficial do governo português quanto a este assunto é a de pautar-se pelo cumprimento escrupuloso dos acordos de Bicesse, que prevêem o recenseamento da população angolana como etapa prévia e necessária ao acto eleitoral. As declarações de Mário Soares, defendendo uma solução expedita e não prevista nos acordos, não só se repercutiram negativamente em Lisboa como também em Luanda, tendo inclusivamente causado uma certa tensão no seio da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Fontes governamentais consideram que esta posição do Presidente retira espaço de manobra à mediação portuguesa e

dificultam a sua acção.

Nas suas declarações, Soares não especificou qual a solução a adoptar como alternativa ao recenseamento prévio, dizendo apenas que «há outras maneiras de o fazer». Mas, na semana passada, o subsecretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos da Casa Branca, Jeffrey Davidow, levantou a hipótese de uma solução como a que foi adoptada no Zimbábue.

Nas eleições de 1980, neste país africano, os eleitores inscreveram-se no próprio dia do escrutínio. E Davidow acrescentara que, nas actuais circunstâncias angolanas, o recenseamento, sendo desejável, «não é absolutamente indispensável». Este alvitre americano — que Mário Soares retomou após o seu encontro com Bush — fora já rejeitado pelo próprio Governo angolano. O ministro da Administração Territorial, Lopo do Nascimento, considerou-o «a primeira brecha» nos acordos assinados em Bicesse.

Também a questão de Timor foi motivo de certa perplexidade nos meios governamentais. Na altura do seu encontro com o presidente norte-americano, Mário Soares deu a entender que George Bush fora claramente sensibilizado para o problema. No entanto, um porta-voz da Casa Branca diria posteriormente que os dois presidentes haviam conversado sobre «questões asiáticas», uma fórmula vaga e demonstrativa da prudência mantida por Washington nesta questão.

TAVARES MOREIRA E AS SUCURSAIS EM ANGOLA

Tavares Moreira, governador do Banco de Portugal, vai deslocar-se a Angola nos dias 28 e 29 de Janeiro, para negociar as condições de actuação das sucursais do Banco de Fomento e Exterior (BFE), Banco Português do Atlântico (BPA), e Banco Totta & Açores em Angola. Estas três instituições já fizeram o pedido de abertura de sucursais junto das autoridades de Luanda, e João Salgueiro, João Oliveira e José Roquette, os presidentes dos três bancos acompanharão o Governador do banco central

LUIS RAMOS



crédito de curto prazo ao Banco de Angola, no valor de 25 milhões de dólares (cerca de 3,5 milhões de contos), bem como proceder à análise da situação da dívida actual do país a bancos portugueses que atinge 400 milhões de dólares. ■

português, juntamente com Miguel Beleza. Segundo Tavares Moreira, estas três sucursais deverão operar no mercado angolano, obedecendo ao conceito de "banca universal". O governador do Banco de Portugal acrescentou que as três instituições financeiras portuguesas "vão trabalhar na reorganização de bancos-angolanos ainda em actividade": Banco de Poupança e Crédito, Banco de Comércio e Indústria e Caixa de Crédito Agropecuário e Pescas. Na mesma deslocação, o Banco de Portugal vai negociar a abertura de uma linha de

PÚBLICO.

SEGUNDA-FEIRA, 20 JANEIRO 1992

BFE, BPA e BTA instalam-se em Luanda

Tavares Moreira negocia sucursais em Angola

PÚBLICO
16 JANEIRO 1992

PÚBLICO QUARTA-FEIRA 15 JANEIRO 1992

O GOVERNADOR do Banco de Portugal, Tavares Moreira, anunciou ontem a realização de uma visita de uma delegação da instituição a Luanda em que estarão igualmente integrados Miguel Beleza e os presidentes dos bancos Português do Atlântico, João Oliveira, de Fomento e Exterior, João Salgueiro, e Totta & Açores, José Roquette, a propósito do pedido de abertura de sucursais já efectuado por estes três bancos portugueses junto das autoridades angolanas.

CARLOS LOPES



Banco de Portugal prepara-se para enviar delegação a Luanda

A visita concretizar-se-á nos próximos dias 28 e 29 de Janeiro e um dos seus objectivos é discutir as condições de actuação das sucursais bancárias portuguesas em Angola, que, segundo referiu Tavares Moreira num encontro com jornalistas, deverão obedecer ao conceito de "banca universal". As três instituições financeiras portuguesas "vão trabalhar na reorganização de bancos angolanos ainda em actividade": Banco de Poupança e Crédito, Banco de Comércio e Indústria e Caixa de Crédito Agropecuário e Pescas.

Na mesma deslocação, o Banco de Portugal vai negociar a abertura de uma linha de crédito de curto prazo ao Banco de Angola, no valor de 25 milhões de dólares (3,5 milhões de contos), bem como proceder à análise da situação da dívida actual do país a bancos portugueses, que atinge 400 milhões de dólares.

Os responsáveis do Banco de Portugal escusaram-se a revelar pormenores acerca do programa monetário para 1992, sublinhando que, sem o conhecimento do Orçamento do Estado, o banco central está a trabalhar sobre dados provisórios. O vice-governador da instituição, António Borges, revelou, no entanto, que, na preparação do programa monetário, o Banco de Portugal está a trabalhar com uma previsão de oito por cento para a inflação, nível que, curiosamente, corresponde à média do intervalo incluído no Quantum 2 (que se situa entre sete e nove por cento). Tavares Moreira, António Borges e Miguel Beleza foram, aliás, unânimes em considerar que as metas de política económica definidas por Braga de Macedo no programa de convergência são "am-

biciosas" mas possíveis de atingir.

Relativamente aos objectivos de contenção da despesa pública que integram as linhas gerais do orçamento, Miguel Beleza afirmou: "Por experiência própria, posso garantir que quando o orçamento é fácil de cumprir isso significa que as metas não eram ambiciosas" — respondendo desta forma a questões levantadas sobre as dificuldades do actual ministro das Finanças em encontrar um acordo no âmbito da concertação social, nomeadamente no que se refere à função pública, em que o limite inicial de 6,5 por cento para os aumentos salariais foi já ultrapassado. O ex-ministro das Finanças chamou a atenção para o facto de a reforma do sistema retributivo da função pública ir produzir efeitos, ao nível do aumento da despesa pública, ainda em 1992. ■ J.C.S.

SOARES — O Presidente da República, Mário Soares, afirmou segunda-feira, em Washington, que "já não há tempo para um recenseamento em Angola antes das eleições previstas para Setembro de 1992". Soares, que falava depois de uma reunião com o presidente norte-americano, aludiu aos atrasos do processo eleitoral angolano, mas sublinhou existirem "outras maneiras de fazer isso", referindo-se a alternativas ao recenseamento prévio, que não especificou. ■

Ministro cabo-verdiano ao PÚBLICO

Privilegiar os Estados Unidos e aliciar a África do Sul

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 16 JANEIRO 1992

Jorge Heitor

O chefe da diplomacia de Cabo Verde — país que entrou este mês para o Conselho de Segurança da ONU — declara que o seu país tem agora relações privilegiadas com os Estados Unidos e aguarda, em 1992, o estabelecimento de laços diplomáticos com Pretória.

O ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, disse ao PÚBLICO esperar que as relações diplomáticas com a África do Sul se possam concretizar ainda este ano, depois de já haver — a partir do próximo sábado — um cônsul sul-africano na Cidade da Praia.

Fonseca, que nos últimos dias manteve contactos em Lisboa com o seu homólogo português, João de Deus Pinheiro, e

ILÍDIO TEIXEIRA



Jorge Fonseca: repensar os objectivos dos não-alinhados

com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, afirmou também existirem indícios de que a África do Sul está verdadeiramente interessada em investir na República de Cabo Verde, designadamente no sector do turismo.

Os sul-africanos poderão tanto contribuir para o desenvolvimento da ilha do Sal, onde funciona um aeroporto internacional desde há muito escalado pelos seus aviões, como para a recuperação do Porto Grande do Mindelo, na ilha de São Vicente, indicou o ministro, cujo país e

agora membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

“Fomos eleitos com 158 votos favoráveis, dos 161 possíveis” — destacou Jorge Fonseca, segundo o qual a ida para o Conselho de Segurança constitui “uma aposta forte” do Governo de Carlos Veiga, formado

há um ano (e esta semana remodelado), estando no presente mês de Janeiro os cabo-verdianos a presidir ao grupo dos não-alinhados naquele organismo da ONU.

Aliás, — recordou — os objectivos dos não-alinhados encontram-se actualmente a ser repensados e reorientados, pois que o movimento perdeu grande parte do seu cariz político e vai ficar muito mais virado para as questões da cooperação Sul-Sul e do diálogo com o Norte.

A nova situação internacional

Quantas às mudanças que (no campo da política externa) o próprio Cabo Verde registou desde a queda do Governo de Pedro Pires, há um ano, e a

sua substituição pelo Movimento para a Democracia (MPD), o entrevistado observou que foram tanto de estilo como “impostas pela própria situação internacional”.

Há pragmatismo nas relações externas cabo-verdianas, mas os Estados Unidos são par-

ceiros privilegiados. Até pela grande comunidade de emigrantes de Cabo Verde que lá existe (superior à população que permanece no arquipélago natal) — disse o ministro dos Negócios Estrangeiros, que em Lisboa também esteve reunido esta semana com o seu homólogo israelita, David Levi.

“A questão do Médio Oriente é difícil, mas alguma coisa se modificou. Desbloquearam-se obstáculos de ordem psicológica. Há lugar para Israel e para a Palestina, de acordo com as resoluções das Nações Unidas. O ministro israelita pareceu-me muito optimista”, afirmou Jorge Fonseca.

No respeitante à sua reunião de 40 minutos com João de Deus Pinheiro, indicou haverem tratado das relações bilaterais, da situação internacional, dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e, também, de Timor-Leste: “Se esta questão se colocar no Conselho de Segurança, apoiaremos qualquer estratégia que seja definida por Portugal.”

O ministro cabo-verdiano defendeu uma “solução pacífica e razoável para Timor-Leste” e disse que o envolvimento das Nações Unidas no assunto é importante: “Há que criar condições para que o povo maubere possa decidir (o seu futuro)”.

Jorge Fonseca confirmou-nos que os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Cinco se reúnem em São Tomé de 6 a 8 de Fevereiro e os presidentes em 9 e 10, não estando ainda definitivamente esclarecido o estatuto em que Portugal deverá participar nas futuras reuniões do grupo. Se continuará a ser um convidado ou se virá a ter o estatuto de participante de pleno direito. ■

'Ajustamento' governamental

O PRIMEIRO-MINISTRO Carlos Veiga anunciou quarta-feira à noite a nova composição do seu Governo, mantendo praticamente nos mesmos lugares os antigos membros do executivo. Apenas saíram um ministro e dois secretários de Estado. Das três caras novas, a grande novidade foi a escolha de Leão Lopes para o novo Ministério da Cultura e Comunicação.

Carlos Veiga afirmou à Imprensa que mais do que uma "remodelação profunda" havia necessidade de introduzir no seu Governo uma nova estrutura e alguns ajustamentos, pois o balanço que faz do seu desempenho é positivo.

O executivo cabo-verdiano passa a ter 20 elementos, dois a mais do que anterior. Carlos Veiga continua a acumular o Ministério da Defesa Nacional e o ministro adjunto da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares, a cargo do antigo secretário de Estado da Administração Pública, Alfredo Teixeira, funcionará directamente sob a sua orientação.

Mais do que nomes, o Governo passará a ter uma nova estrutura, havendo casos de mudança de denominação. Apenas os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Educação se mantêm inalterados, continuando de igual modo a serem dirigidos por Jorge Carlos Fonseca e Manuel Faustino, respectivamente.

Certos ministros mantêm-se, mudando apenas a designação ou o âmbito dos ministérios. São os casos de Eurico Correia Monteiro, na Justiça e Trabalho, de Gualberto do Rosário, nas Pescas, Agricultura e Animação Rural, de Manuel Chantre, na Economia, e de Teófilo Figueiredo, nos Transportes e Infraestruturas. Rui Figueiredo Soares, antigo secretário de Estado da Juventude, foi promovido a ministro da Saúde.

Ao contrário do que se chegara a ventilar, apenas dois nomes fora da área do Movimento Para a Democracia (MPD) foram cooptados: Ulpio Fernandes para a secretaria de Estado das Finanças e Cláudio Veiga para a secretaria de Estado do Emprego. O primeiro é um empresário cabo-verdiano em Portugal e o segundo um jovem quadro do antigo Ministério do Plano e Cooperação.

A grande surpresa foi a escolha de Leão Lopes para o Ministério da Cultura e Comunicação. Carlos Veiga justificou a escolha, alegando que se trata de um homem ligado à cultura e comunicação social, por causa dos seus trabalhos nestes domínios.

pes, que é deputado do MPD por Santo Antão, foi com Germano Almeida e Rui Figueiredo Soares um dos directores da revista "Ponto e Virgula", que se publicou em São Vicente há alguns anos atrás.

O novo elenco governamental passa a contar ainda com o Ministério das Finanças e do Planeamento, a cargo de José Tomás Veiga, e dos seguintes secretários de Estado: Mário Silva (Administração Interno), Ondina Ferreira (Juventude e Promoção Social), Helena Semedo (Pescas), José António Pinto Monteiro (Agricultura), José Luis Monteiro (Negócios Estrangeiros e Cooperação), António Pascoal Santos (Emigração e Comunidades) e António Maurício Santos (Marinha e Portos).

A permanência de Maurício Santos no Governo acabou por constituir uma outra surpresa, dado que era praticamente certa a sua saída depois de ter estado à frente da antiga Secretaria de Estado dos Transportes. Menos sorte tiveram o antigo ministro Luís Leite (Saúde) e os secretários de Estado Arnaldo Silva (Comunicação Social e Assuntos Parlamentares) e José Manuel Pinto Monteiro (Emigração e Comunidades). ■

**José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia**

O SÉCULO DE JOANESBURGO

6 JANEIRO 1992

Cabo Verde faz parte do Conselho de Segurança da ONU

Cabo Verde, Marrocos, Japão, Hungria e Venezuela são, a partir de 1 de Janeiro corrente, os novos membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas por um período de dois anos.

Cabo Verde substitui a Costa do Marfim; Marrocos o Zaire; Japão o Lémén; Hungria a Roménia; en-

quanto a Venezuela irá ocupar o lugar de Cuba.

Os cinco novos membros passam a integrar o grupo composto pela Áustria, Bélgica, Equador, Índia e Zimbábue, cujo mandato de dois anos expira a 31 de Dezembro do ano em curso.

Por outro lado, juntar-se-ão também aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança — Estados Unidos, Rússia (que substitui a ex-União Soviética), China, Reino Unido e França.

Estes cinco países beneficiam do direito de veto, bastando um deles para bloquear todas as decisões tomadas pelo Conselho de Segurança.

A composição do Conselho de Segurança é considerada por diversos diplomatas como «favorável às teses norte-americanas», nomeadamente após a partida de Cuba e do Lémén, próximos do Iraque.

Os países não-alinhados passam a ser representados por seis estados — Cabo Verde, Marrocos, Venezuela, Equador, Índia e Zimbábue. A saída do Lémén, substituído pelo Japão, é entre países que pertencem ao mesmo grupo regional da ONU, Ásia.

Marrocos passará a ser também o único representante do «mundo árabe» no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Japão, que pretende obter um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, com ou sem direito de veto, é membro daquela instância pela sétima vez desde a criação da ONU, enquanto a Venezuela é pela quarta, Marrocos e Hungria pela segunda e Cabo Verde se estreia.

José A. Salvador

Saúde à Presidência

Victor Saúde Maria, presidente do Partido Unido Social Democrata (PUSD), deverá deslocar-se a Lisboa durante este mês ou no próximo para apresentar às autoridades portuguesas as linhas de força e objectivos da sua organização política, recentemente legalizada na Guiné-Bissau.

O ex-primeiro ministro da Guiné-Bissau solicitou audiências ao Presidente Mário Soares e a Cavaco Silva, revelou a «O Jornal», Luís Lopes Pereira, porta-voz do PUSD, em Portugal.

O PUSD é a sexta formação política aprovada pelo Supremo Tribunal guineense, após o reconhecimento do PAIGC, no poder desde a independência em 1974, da Frente Democrática Social (FDS), liderada por Rafael Barbosa, e do Movimento Bafatá, que surgiu na clandestinidade após o fuzilamento de Paulo Correia. Aquela instância judicial reconheceu também a Frente Democrática (FD), de Aristides Menezes, um ex-colaborador do presidente Nino Vieira, e o Partido da Convergência Democrática (PCD).

A aprovação da lei dos partidos permitiu esta proliferação de organizações políticas e desbloqueou o impasse em que se encontrava o processo democrático na Guiné-Bissau. No Verão passado diversas organizações da oposição dirigiram em conjunto uma carta ao secretário geral da ONU, ao presidente Nino e à Assembleia da Guiné-Bissau reclamando medidas de abertura democrática, entre as quais se contava a legalização dos partidos oposicionistas e a lei de imprensa. Também esta foi já aprovada sendo agora consagrada a liberdade de informação escrita, pela rádio e pela televisão, que deixaram de ser monopólio do Estado.

Nesta fase de transição, as forças da oposição reclamam ainda a abolição imediata da pena de morte, a libertação dos presos políticos mantidos nos Bijagós e uma calendarização consensual dos processos eleitorais para o último trimestre deste ano.

Aparentemente não há unanimidade de pontos de vista na oposição guineense quanto a esta questão. Rafael Barbosa e Victor Saúde Maria pretendem primeiro a realização das eleições presidenciais, a que vão candidatar-se contra Nino Vieira, enquanto outros partidos defendem a prioridade para eleições legislativas.

O presidente Nino Vieira vai recandidatar-se ao cargo de Chefe de Estado, assegurou a

«O Jornal», Manuel Santos Manecas, ministro das Finanças do governo guineense.

As eleições estão previstas para o último trimestre deste ano, admitindo-se que o governo proponha à oposição a realização das presidenciais em primeiro lugar.

«O diálogo com a oposição é inevitável», declarou-nos Manuel Santos ao sublinhar que «há um progresso evidente na liberalização política do país», embora admitisse a ocorrência de acidentes de percurso sem porem em causa o processo democrático.

Quanto à abolição da pena de morte reclamada pela oposição, o ministro guineense esclareceu que a Assembleia Popular havia recusado a primeira proposta de revisão constitucional apresentada ao Parlamento neste sentido. «Mas», disse, «não há hoje delitos políticos. Mesmo que a pena de morte não esteja abolida na letra, foi abolida no espírito e está abolida pelo desuso». Para sustentar esta opinião aquele membro do governo guineense considerou não haver hoje clima político para sentenças de fuzilamento, como as que vitimaram Paulo Correia e alguns membros do seu grupo.

Quanto ao seu futuro no seio do PAIGC, Manuel Santos, um dos subscritores da «Carta dos 121», declarou a «O Jornal» que o grupo se vai dissolver, após ter advertido o seu partido para os riscos de bloqueamento do processo democrático, negando assim que a partir dele se constituísse uma dissidência organizada.

Um despacho da agência Lusa, datado de Bissau, contraria esta intenção, noticiando que os subscritores daquele documento se reunirão na próxima quinta-feira, podendo, então, decidir constituir-se em partido político.

A Guiné-Bissau, através do ministro Manuel Santos Manecas, inicia hoje em Washington conversações com o FMI para um acordo de estabilização da economia do país. «Vão exigir-nos medidas mais apertadas, com maior rigor no plano orçamental e na política monetária», esclareceu, afastando a hipótese de nova desvalorização do peso, a moeda guineense, ou de medidas mais drásticas do ponto de vista social,

Guiné-Bissau

Escândalo na oposição

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 14 JANEIRO 1992

RAFAEL BARBOSA, o "mais velho" político guineense, que um dia foi presidente do PAIGC e mais tarde acusado de traição e de envolvimento no assassinato de Amílcar Cabral, enfrenta hoje mais um escândalo: companheiros que o ajudaram a criar um "partido para a democracia" acusam-no de pactos e conluíus com o Presidente da República, João Bernardo Vieira, em detrimento dos interesses da oposição e da própria nação.

Um grupo de dirigentes da Frente Democrática Social (FDS) acusou ontem, em Bissau, o seu líder, Rafael Barbosa, de envolvimento e acordos secretos com o PAIGC e de constantes violações ao programa e estatutos do partido.

Cumba Ialá, segundo vice-presidente da FDS, que falou em nome dos "revoltosos", disse que Rafael Barbosa tem vindo a recusar o entendimento com outras forças da oposição, em "nitido benefício do partido no poder, que tinham jurado derrubar por via democrática". Ialá afirmou que Barbosa, além de ser alérgico à crítica e a opiniões diferentes, conduz o partido a seu bel prazer, na base de secretismos e de acções paralelas.

Outra acusação que pende sob o velho dirigente é a de se furta às reuniões da direcção quando lhe convém, organizando à mesma hora comícios no interior do país, sob o controlo de agentes da segurança do Estado. "Nós defendemos amplos acordos das forças da oposição, para derrubar o PAIGC, por isso não podemos permitir que Rafael aceite à revelia da direcção um Governo desse partido que já deu provas de ser anti-democrático", referiu Ialá, que alertou para o perigo que existe de "o Velho (designação africana para os políticos mais antigos) desistir das presidenciais em favor de Nino Vieira".

Para aquele contestatário da FDS, o envolvimento de Barbosa com o poder fê-lo franquear as portas do seu partido a agentes da segurança do Estado que hoje são apresentados como dirigentes. E um dos visados poderá ser Serifo Mané, que durante muitos anos foi quadro superior da polícia.

O partido e o Governo de "Nino" foram igualmente criticados e acusados de desenvolver uma política de aliciamento com o objectivo de fragmentar a oposição. Cumba Ialá assegurou a correspondentes da imprensa estrangeira que hoje há muita gente que vive dos créditos duvidosos e dos favores concedidos pelo PAIGC. Algumas dessas pessoas são altos dirigentes da FDS que se deixaram subornar, denunciou, dizendo possuir provas.

Rafael Barbosa evita críticas

Na semana passada, Rafael Barbosa, numa conferência de Imprensa, corrigira algumas das suas posições iniciais, evitara qualquer crítica ao Presidente Vieira, que reconheceu ser um potencial candidato às presidenciais, e vacilara quando se lhe perguntara se ele próprio ainda se considerava candidato, acabando por dizer que ainda era cedo para se definir a esse respeito.

Na hipótese de realmente se verificar uma desistência do homem que o PAIGC por duas vezes condenou à morte (tendo as penas vindo a ser comutadas), as presidenciais guineenses deste ano poderão muito bem vir a ser disputadas — quase que em exclusivo — por "Nino" Vieira e por um seu antigo primeiro-ministro, Victor Saúde Maria. ■

Ali Sakalá, em Bissau

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 15 JANEIRO 1992

RAFAEL BARBOSA CONFIRMA CANDIDATURA — O líder da Frente Democrática Social (FDS) da Guiné-Bissau, Rafael Barbosa, confirmou ontem que será candidato à Presidência da República nas eleições previstas para o final do ano. O veterano político guineense falava à agência Lusa e respondia a acusações de um grupo de dirigentes da FDS que na véspera lançara sobre ele a suspeita de conluio com o poder e o Presidente João Bernardo Vieira. Esse entendimento passaria pela desistência da sua candidatura à Presidência, o que favoreceria "Nino" Vieira.

Ruptura na oposição guineense

A FRENTE Democrática Social (FDS), partido da oposição da Guiné-Bissau, viveu ontem uma importante cisão, na sequência da expulsão de quatro membros da direcção: mais de metade da Comissão Política (23 membros) saiu e formou uma nova força. Esta vai chamar-se Partido da Renovação Social e é presidida por Cumba Ialá, co-fundador e ex-presidente da FDS.

Os quatro visados e outros

três elementos haviam acusado o líder da FDS, Rafael Barbosa, de acordos secretos com o PAIGC, partido no poder, e de se opor a uma aliança da oposição. Ao apresentar o novo partido, Cumba Ialá retomou todas as críticas formuladas a Barbosa, que classificou de déspota e de agir de formã suspeita e estranha. No seu entender, a FDS é suspeita de ser um aliado do PAIGC, partido com o qual "desenvolve acções paralelas".

Segundo Ialá, a decisão de expulsão dos quatro elementos foi influenciada por Pascoal Alves, antigo dirigente do PAIGC, "que não sendo membro da Frente, participou na reunião e deu instruções a Barbosa sobre as medidas punitivas a tomar".

Esta é a terceira ruptura que se verifica no partido de Rafael Barbosa desde a sua criação. Aristides Menezes e Vitor Saúde Maria, hoje líderes da Frente Democrática e do Partido Unido Social Democrata, respectivamente, também romperam por discordarem da forma como o partido era conduzido.

Fernando Batista, secretário para a Informação da FDS, disse ao PÚBLICO rejeitar as críticas e acusações que pendem sob o seu líder e garantiu que ele será candidato às presidenciais a realizar este ano, batendo-se pela instauração da democracia na Guiné-Bissau. ■

Ali Sakalá, em Bissau

Polémica na Guiné-Bissau

DJIBRIL Balde, membro da Comissão Nacional da Frente Democrática Nacional (FDN), disse que o seu partido optou por uma oposição séria e responsável e não se aventura em "infantilismos políticos" uma vez que o "PAIGC tem o poder das armas". Num conferência de imprensa convocada para esclarecer os conflitos ocorridos no interior da FDN, o dirigente explicou que a posição conciliatória defendida pelo seu partido tem a ver com o desejo de não querer na Guiné-Bissau casos de violência, perturbação social, ou uma guerra civil. Quanto aos alegados "pactos secretos" entre a FDS e o PAIGC, declarou que as relações entre estes dois partidos são de respeito enquanto parceiros e não inimigos. Confrontado com a acusação da direcção do seu partido ter sido infiltrado por agentes da segurança, Djibril Balde disse que para além de Serifo Mané, que foi oficial da segurança de Estado até 1983, só ele próprio passou por essa preparação como professor na Escola de Polícia, funções que abandonou há mais de dez anos. Mas uma nova polémica deverá concitar as atenções nos próximos dias: os subscritores da "Carta dos 121" preparam-se para pôr termo às suas actividades contestatárias no seio do partido de Nino Vieira e transformar o grupo numa nova força política. ■

Doadores prometem investimento nos projectos de Cabora Bassa mas exigem garantias de segurança

O projecto de abastecimento energético do Zimbábue, a partir da barragem moçambicana de Cabora Bassa, será financiado em 150 a 170 milhões de dólares pelos países doadores de Moçambique, desde que haja garantias de segurança, disse à agência Lusa fonte oficial em Paris.

Os países doadores de Moçambique, reunidos na capital francesa durante dois dias, comprometeram-se a desbloquear uma verba de 150 a 170 milhões de dólares destinada ao desenvolvimento do projecto de abastecimento energético do Zimbábue, a partir da barragem de Cabora Bassa.

O director da Electricidade de Moçambique, Fernando Julião, declarou que o projecto vai custar 200 milhões de dólares e que poderá entrar em funcionamento em finais de 1995, devendo absorver 500 megawatts, ou seja, um quarto da potência total da barragem.

No entanto, no comunicado final da reunião, os participantes fazem depender o envolvimento nesse projecto da obtenção de garantias satisfatórias quanto à segurança, devendo ainda ser concluídos acordos complementares e ser realizada uma «avaliação das questões técnicas, financeiras e ecológicas».

O documento afirma que a segurança pode representar um obstáculo à implementação deste projecto, mas assinala que houve progressos nas negociações de paz entre o Governo moçambicano e a Renamo.

Este projecto faz parte de uma rede regional de energia, no âmbito da conferência coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

O ministro moçambicano da Cooperação, Jacinto Veloso, e o embaixador de Portugal em Maputo, Lopes da Costa, participaram na reunião de Paris, assim como um delegado da companhia sul-africana Eskom, responsável pelo abasteci-

mento energético.

No encontro de Paris também estiveram presentes representantes do Banco Mundial, tendo ainda assistido por parte do Zimbábue um delegado do Ministério da Energia, J. Chitauru.

Entre os estados doado-

res contam-se a Alemanha, Itália, países nórdicos e a França, que pela primeira vez se associa ao programa de Cabora Bassa, estando prevista a colaboração técnica da Electricidade da França e financiamentos por parte da Caixa Central de Cooperação Económica.

A barragem de Cabora Bassa foi construída antes da independência de Moçambique, tendo Portugal assumido os encargos e mantendo ainda a presidência no Conselho de Administração da empresa Hidroeléctrica de Cabora Bassa, com sede em Lisboa.

BAD financia informatização do Banco de Desenvolvimento

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) garantiu ao Banco Popular de Desenvolvimento de Moçambique (BPD) um donativo/financiamento de cerca de seis milhões de dólares, amortizável em 50 anos ao juro de 0,75 por cento.

A verba vai ser aplicada na formação profissional dos empregados do BPD, informatização da sede, delegações, agências e filiais da instituição, aquisição de viaturas ligeiras e blindadas para o transporte de numeração, para além de outras acções de apoio institucio-

nal. O presidente da instituição, Hermenegildo Gamito, esclareceu que o Banco tinha que fazer um reembolso ao Orçamento Geral do Estado, mas após aturadas negociações com o BAD tal medida já não foi necessária visto que o donativo/financiamento será também utilizado para o reforço do capital social do Banco Popular de Desenvolvimento, através do Departamento das Operações Financeiras.

Na sua alocação da passada semana ao Departamento Jurídico do BPD, Hermenegildo Gamito exortou os juristas e outros trabalhadores a serem mais acutilantes na prevenção contra desvios de fundos e na aplicação de sanções aos autores desses crimes, que não só lesam o patri-

mónio do povo como ainda denigrem o prestígio da instituição bancária.

O presidente do BPD incutiu os elementos do Gabinete Jurídico a desempenharem um papel mais interveniente para colmatar o hiato que poderá ser criado pela falta de uma análise circunstanciada dos processos ali submetidos para pedidos de empréstimo, amortizando atempadamente os seus empréstimos, de modo a que o BPD cumpra a sua função social como banco de investimento e de poupança.

O SÉCULO DE JOANESBURGO 6 JANEIRO 1992

Governo autoriza exportação de castanha de caju não processada

O governo moçambicano acaba de autorizar a exportação no próximo ano, a título excepcional, de castanha de caju «in natura» (não processada), o que acontece pela primeira vez desde 1976.

A autorização deriva da existência de excedentes este ano e contempla apenas 10 mil toneladas da província de Nampula, norte do país — onde a produção e comercialização excederam as expectativas.

Moçambique está com dificuldades de processamento de parte do caju comercializado em 1991, a partir do mês de Novembro, devendo a Índia vir a ser o principal mercado para as 10 mil toneladas de castanha não processada a exportar.

O secretário de Estado do Caju, Juliano Mariano Saranga, disse em Maputo que esta exportação estará sujeita a uma taxa de sobrevalorização de 60 por cento — a taxa anterior era de 80 por cento.

A região norte de Moçambique tem uma capacidade disponível de 19 a 22 mil toneladas de castanha de caju por campanha. Porém, segundo afirmou o responsável do sector, as fábricas já adquiriram este ano 25 mil toneladas.

A previsão de que a comercialização do produto atinja até final da campanha pelo menos 35 a 40 mil toneladas, só em Nampula, levou o Governo a autorizar a exportar a castanha em bruto em 1992, a título excepcional.

A nível nacional, Moçambique deverá comercializar até final da actual campanha entre 50 e 69 mil toneladas de castanha, mas não terá capacidade para processá-la toda, uma vez que a actual capacidade industrial não ultrapassa 35 por cento das 150 mil toneladas de 1975.

Juliano Maria Saranga sublinhou que, depois de restabelecida a paz no país, Moçambique poderá recuperar a capacidade de processamento industrial da

castanha de caju outrora existente, com investimentos a financiar por diversas instituições internacionais já consultadas.

Sem revelar o valor desse investimento, o secretário de Estado do Caju de Moçambique afirmou que o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Europeu de Investimentos (BEI) irão participar na reabilitação do sector de caju em Moçambique.

Portugal vai intervir na reabilitação do caju moçambicano na região de Nacala, através da participação numa sociedade mista a criar em 1992 entre o Instituto de Participações do Estado (IPE), Grupo Entrepósito e Banco de Moçambique.

O maior índice da comercialização de castanha de caju em Moçambique foi atingido em 1972, com 216 mil toneladas.

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE JANEIRO DE 1992 AIESEC apoia Moçambique

O COMITÉ Local da AIESEC do como objectivo a concessão de estágios por parte de empresas portuguesas a estudantes recém-licenciados moçambicanos, enquanto empresas a operar em Moçambique receberão estudantes portugueses.

Os primeiros contactos foram estabelecidos quando da recepção feita pela AIESEC da FEP a uma delegação de estudantes da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane em Outubro de 1990.

Associação Internacional dos Estudantes de Economia e Gestão da Faculdade de Economia do Porto está a desenvolver a instalação em Moçambique de um Comité Nacional desta associação internacional de estudantes. Este projecto é inspirado no espírito e modo de funcionamento do Programa Internacional de Intercâmbios de Estágios que a AIESEC desenvolve desde a sua criação, ten-

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA, 16 JANEIRO 1992

Retornados da ex-RDA protestam em Maputo

DEZENAS de moçambicanos regressados da ex-RDA manifestaram-se durante todo o dia de ontem frente Ministério do Trabalho, em Maputo, exigindo apoio na solução dos seus problemas de emprego. Forças policiais cercaram a zona, que ficou cortada ao tráfego rodoviário.

Os moçambicanos regressados ao seu país acusam o Ministério do Trabalho de estar a gerir mal os fundos disponibilizados pelo Governo da Alemanha reunificada para a sua reintegração na sociedade moçambicana. Segundo fontes do Ministério do Trabalho, os regressados interpretaram como uma promessa de emprego um recente inquérito nacional sobre a sua actual situação, aspirações e qualificações profissionais adquiridas naquele país do leste europeu.

O governo moçambicano pediu à RFA 300 milhões de dólares para criar postos de trabalho a mais de 15 mil moçambicanos regressados da ex-RDA. Este montante foi mais tarde reduzido para 27 milhões de dólares. Mas até ao momento apenas estão prometidos a Moçambique quatro milhões de marcos, o que é manifestamente insuficiente para as necessidades.

O fraco desenvolvimento industrial nacional não permite a absorção da força de trabalho regressada ao país, quer em termos de capacidade instalada, quer na diversidade de ramos técnicos nos quais estes operários se especializaram na ex-RDA.

A situação ameaça degenerar numa explosão social devido a diversos factores, tais como o nível de vida adquirido na ex-RDA, que foi transportado para Moçambique, enquanto duraram as economias e as transferências de 60 por cento dos seus vencimentos. A falta de oportunidades de emprego fez escoar os marcos e os metálicos arrecadados ao longo de vários anos de trabalho. Sem dinheiro, sem bens e com fracas possibilidades de emprego os moçambicanos regressados vêem hoje o seu futuro com desespero.

As autoridades moçambicanas têm mostrado verbalmente a sua preocupação quanto a este problema, que todavia

permanece sem soluções à vista, podendo transformar-se num barril de pólvora num país onde as tensões sociais são cada vez mais gritantes, principalmente devido à guerra e à economia selvagem que se instalou no país à boleia da liberalização do mercado. ■

Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICO
20 JANEIRO 1992

FNAC

Moçambique, só com privados

O grupo manifesta interesse em continuar no mercado moçambicano. No entanto, de futuro as suas actividades já não serão em regime de concessão e na base de acordos com o Governo daquele país, mas em associação com empresários privados locais.

A FNAC prepara-se para actuar nas áreas das rochas ornamentais e na indústria da madeira, sectores em que já foram estudadas as potencialidades e os eventuais futuros parceiros.

A estratégia do grupo consiste no início da actividade "através de pequenas unidades, que serão progressivamente desenvolvidas". Alexandre Alves está convencido de que a FNAC manterá a sua presença na área da distribuição e, quer neste sector quer nos dois já mencionados, "baseará a sua intervenção na lei do investimento estrangeiro".

Para já, não se sabe quanto poderá vir a ser investido em Moçambique, uma vez que "muita coisa depende da paz e das condições existentes, nomeadamente ao nível das infra-estruturas".

A FNAC actua neste país há alguns anos, ao longo dos quais o grupo foi objecto de acusações de comportamentos menos próprios. Em finais de Dezembro, as autoridades alfandegá-

rias de Maputo suspenderam os alvarás de importação a duas empresas sul-africanas (a Premier International e a Chandling) por alegadas fugas ao fisco. De acordo com as alfândegas, estas duas empresas introduziam mercadorias no país em nome da FNAC, a qual estava isenta do pagamento de direitos aduaneiros.

No contrato assinado em 1987 entre a FNAC e o Governo de Moçambique, previa-se que a concessionária, a FNAC-Supermercados, podia "explorar contratos com terceiros nas áreas de limites da sua concessão". Só que as alfândegas consideram esta cláusula ilegal e afirmam que só elas podem fixar o regime fiscal através de contrato.

A empresa defende-se alegando que "isto sempre aconteceu desde o início do contrato": "Não percebemos por que motivo as alfândegas de Moçambique decidiram agora interpretá-lo de maneira diferente do Governo." Este processo resultou na renegociação do contrato por mais 150 dias, ou seja, até fins de Maio, podendo o grupo nacional pedir a sua prorrogação até ao fim do ano. ■

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 16 JANEIRO 1992

Em Moçambique

Conflito étnico-linguístico fecha igreja na Beira

UMA FORTE polémica étnico-linguística tem vindo, nos últimos meses, a agitar a Igreja Católica na Beira, a segunda maior cidade moçambicana, situada na província central de Sofala. O conflito, que levou já ao encerramento da Igreja de São José, no bairro da Munhava, ameaça alastrar-se à paróquia do Imaculado Coração de Maria, no bairro periférico da Manga.

Na sua origem está a decisão do arcebispo da Beira, Jaime Gonçalves, de proibir o uso do sena — falado pela maioria da população — durante as cerimónias religiosas nalguns templos da cidade e dos arredores, sob o argumento de que a língua prevalente é o ndau.

A decisão do arcebispo incendeu os ânimos dos crentes católicos na Munhava, um dos bairros mais populosos da Beira, os quais, como forma de protesto, encerraram a igreja local e se recusam, desde Setembro, a assistir aos actos litúrgicos em ndau.

Por deliberação da Igreja Católica moçambicana, as missas

devem ser celebradas nas línguas locais ou em português, com ou sem intérprete.

Dadas as suas conotações tribais, esta polémica étnico-linguística assume particular importância se tivermos em conta que Jaime Gonçalves, membro da tribo ndau — etnia dominante entre os dirigentes da Renamo — é o mediador da Igreja nas conversações de paz em Roma.

No passado dia 1 de Janeiro, o arcebispo não participou na procissão de Ano Novo, por ocasião do Dia Mundial da Paz, por recear um atentado por parte dos fiéis de São José da Munhava. Na véspera, durante a celebração de uma missa na Catedral da Beira, o prelado terá aludido a rumores sobre um boicote ao acto litúrgico que possivelmente o visaria.

Em entrevista concedida esta semana à Rádio Moçambique, na Beira, Jaime Gonçalves referiu que os rituais em ndau correspondem à concretização do princípio segundo o qual as missas devem ser celebradas na língua local.

Na opinião do arcebispo, a língua original da Beira é o ndau, mas, embora considere ser "necessário respeitar os direitos dos

donos da terra", não exclui a possibilidade de utilização de outras línguas, como o português e o sena, numa demonstração de abandono da sua intransigência anterior.

Dom Jaime Gonçalves adiantou ainda prever-se para breve a reabertura da igreja da Munhava, mas sublinha a necessidade de as pessoas estarem, "primeiro, preparadas espiritualmente".

Conforme o PÚBLICO apurou, a língua mais falada na Beira é o sena, mas torna-se difícil, neste momento, estabelecer zonas linguísticas ou étnicas em Moçambique, em virtude da forte corrente migratória provocada pela guerra. No entanto, o projecto de alfabetização para adultos em curso na região apenas contempla o sena e o português. O ndau é uma das línguas mais faladas no interior da província de Sofala e na província de Manica.

Esta semana, a Rádio Moçambique, que tem vindo a dar uma ampla cobertura à questão, alertava para os perigos que poderão advir do extremar de posições, numa fase em que o país procura no diálogo a solução para os seus problemas. ■

Teresa Lima, em Maputo

Moçambique: perspectivas para o pós-guerra

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE JANEIRO DE 1992

AS PERSPECTIVAS económicas e sociais de Moçambique no pós-guerra são de difícil previsão pela quantidade de factores, tanto exógenos como endógenos, em jogo. Mas a possibilidade de um acordo de cessar-fogo, num prazo relativamente curto, e sobretudo a necessidade de explicitar alguns pressupostos importantes para o futuro do país levam-nos a assumir o risco de prever a evolução económica dos próximos anos em Moçambique.

Por uma questão de sistematização foram considerados dois períodos: o primeiro, de 4 ou 6 anos, que designaremos de curto ou médio prazo; o segundo, de mais de 5 anos, que designaremos de longo prazo. Os períodos não são independentes, pois os resultados do segundo dependem muito das medidas adoptadas no período de curto ou médio prazo.

O primeiro destes períodos, sendo politicamente o mais complexo, é aquele que no entanto apresenta perspectivas económicas mais favoráveis, pois Moçambique pode alcançar com relativa «facilidade» elevadas taxas de crescimento do PIB — da ordem dos 10 por cento ou mesmo superiores.

Outros indicadores macro-económicos e sociais acompanharão esta evolução extremamente favorável, bastando que as previsões sobre o crescimento do PIB se materializem e, sobretudo, que a actual situação de insegurança sofra me-

lhorias consideráveis.

Os dividendos da paz e o prosseguimento das actuais políticas de ajustamento macroeconómicas assegurarão um crescimento acentuado durante o primeiro período.

No segundo período, esgotados aqueles dividendos e a possível falência das medidas tradicionais de ajustamento — e se outras medidas não forem adoptadas — trarão à superfície os problemas estruturais da sociedade e da economia moçambicana. Por isso, não é de admitir que as taxas de crescimento do primeiro período se mantenham.

Infelizmente, os resultados favoráveis do primeiro período não constituem «per si» uma garantia de continuidade, pois eles podem ser apenas uma consequência de um conjunto de circunstâncias históricas que se esgotarão rapidamente. Além disso, como veremos, as taxas de crescimento favoráveis e absolutamente anormais para os padrões africanos podem representar melhorias pouco significativas.

Optimismo a curto prazo

O optimismo a curto e médio prazo baseia-se fundamentalmente em três factores.

O primeiro, e talvez o mais importante, assenta no ponto de partida para a medição do crescimento económico. Com efeito, a degradação económica e social do país atingiu pro-

porções tão grandes que certamente não será difícil, dentro de certos pressupostos, ter uma melhoria acentuada dos indicadores nacionais, que são os mais baixos do mundo.

Moçambique apresenta uma das piores taxas de mortalidade infantil, o mais baixo consumo «per capita» de proteínas, um dos mais baixos níveis de escolarização, o mais baixo rácio de exportações «per capita». A esta lista de piores rácios no mundo não é estranho o facto de, no período de 1981-87, o PIB «per capita» ter decrescido a uma taxa média anual de 8,2 por cento, a produção industrial ter baixado a uma taxa de 8,4 por cento e a agricultura a uma taxa de 11 por cento.

Poucos países no mundo tiveram quedas tão acentuadas e por períodos tão longos. Em África, há a referir apenas as situações de Niger, Zâmbia e Libéria, mas mesmo esses com consequências menos graves que as de Moçambique. Como extremo oposto, temos o Botswana, onde o PIB «per capita» cresceu a uma média de 8 por cento ao ano.

O nível de actividade económica, não obstante as recuperações dos últimos 5 anos, continua tão baixo que é de admitir que os efeitos de ajustamento económico em curso, numa situação de segurança melhorada como resultado de um acordo político e de cessar-fogo, permitam uma expansão económica acentuada por uma melhor utilização das capacidades existentes e sobretudo pela circulação mais fácil de mercadorias e de bens.

Sendo previstas elevadas taxas de crescimento para o médio prazo, e admitindo que a população cresça a uma taxa anual de 3%, ao fim de 5 anos o PIB «per capita» moçambicano será de 140 dólares, que é apenas metade do PIB «per capita» do período anterior à independência, ou, se quisermos, 57% dos valores de 1981

Abdul Magid Osman*

O segundo factor está na agricultura e nos transportes, que, sendo os mais atingidos pela guerra e uma vez terminada esta, poderão duplicar as suas actividades a médio prazo. Devido à insegurança, uma parte importante da população rural não se pode dedicar à produção agrícola a tempo inteiro. E, no que se refere aos transportes — em particular o ferroviário, um dos alvos preferidos da acção de desestabilização —, mesmo as linhas férreas que estão hoje operativas só estão abertas ao tráfego apenas uma parte do dia.

Liberalização económica

Estes dois sectores, em particular o da agricultura, podem ter uma contribuição decisiva para os níveis previstos para o crescimento do PIB. Se a agricultura duplicar em 5 anos, o crescimento do PIB, pelo peso que o sector apresenta na economia, deverá ser 7,5 por cento ao ano, supondo que todos os outros sectores não terão qualquer evolução positiva, o que é pouco provável.

Felizmente, a duplicação da produção agrícola não depende

de grandes decisões políticas ou de reforma agrária, podendo no entanto ser prejudicada pelos factores climáticos — prevê-se que neste ano se inicie um novo ciclo de secas — e por falta de estradas, área onde os investimentos foram negligenciados no passado, embora exista um importante programa de reabilitação.

Como terceiro factor, temos as medidas de ajustamento em curso no país. Com efeito, o programa de liberalização económica e financeira atingiu um nível tal que já não é possível um recuo neste domínio. Pelo contrário, resolvidas que foram algumas questões ideológicas e clarificadas as relações de força no seio da Frelimo, pode-se hoje avançar com maior determinação para uma economia de mercado, em que a distribuição de recursos será cada vez mais efectuada pelos mecanismos do jogo da oferta e da procura e não na base de decisões administrativas.

A opção por uma economia de mercado mais ou menos liberal é indiscutivelmente uma garantia para as elevadas taxas de crescimento económico por razões circunstanciais e não só. Entre as circunstan-

ciais, importa destacar o facto de as medidas de liberalização serem uma condição para a continuidade da ajuda externa. Além disso, nas actuais condições, em que a capacidade da Administração Pública é cada vez mais deficiente, a única alternativa que resta é confiar no sector privado e numa política económica mais ou menos liberal.

Esta aposta traduz-se hoje por um dinâmico processo de privatização, que abrangerá sectores importantes como os caminhos-de-ferro, havendo apenas dúvidas quanto às modalidades a adoptar. Possivelmente, optar-se-á pela privatização da gestão, mas não da propriedade.

Mas as perspectivas de crescimento apresentadas assentam em alguns pressupostos.

O primeiro está associado à presunção de que o acordo de cessar-fogo trará uma melhoria substancial da situação de segurança, entendendo-se como tal a livre circulação de pessoas e de bens por todo o país. Trata-se, porém, de uma visão do possível e não da utopia de pensar que ao cessar-fogo se seguirá necessariamente uma paz absoluta, com eliminação total e definitiva do banditismo.

Mas em relação a essa paz relativa, todas as preocupações não são excessivas, pois o processo de integração da Renamo, em particular dos elementos que não serão absorvidos pelo Exército Nacional, não será fácil. A recriação do Exército Nacional aceite pelas partes e o processo de reintegração dos elementos armados vão ser

18 DE JANEIRO DE 1992

determinantes para o processo de pacificação e consequentemente para a viabilização económica e social do país.

A importância da África do Sul

O segundo pressuposto, tão importante como o primeiro, é o desmantelamento mais ou menos ordeiro do sistema de «apartheid» sul-africano. Apesar do previsível recrudescimento da violência devido aos interesses antagonísticos de vários grupos sociais, o importante é a não desintegração da economia da África do Sul, que depende de factores subjectivos, tais como a confiança dos investidores.

Um aumento descontrolado da violência nesse país pode minar a pouca confiança existente, agravando a fuga de capitais que hoje já se verifica, com redução ainda maior de investimentos. O assunto é tão complexo que merece uma análise mais aprofundada, mas que aponta referências associadas ao futuro de Moçambique e a evolução da situação política e económica da África do Sul num cenário de instabilidade económica neste país pode representar o regresso de milhares e de outros trabalhadores moçambicanos, a redução das trocas comerciais, do tráfego ferro-portuário, a inviabilização do projecto de recuperação das linhas de alta tensão e, por isso, um adiar indefinido da utilização de Cahora Bassa para o desenvolvimento do país.

Sempre acreditámos que, com uma política inteligente, era possível obter vantagens para Moçambique de uma economia sul-africana forte.

Mas, infelizmente, estas perspectivas são remotas, pois estudos recentes revelam que em alguns sectores, em particular no da indústria transformadora, a África do Sul perdeu competitividade internacional e, com os actuais problemas sociais, o país irá juntar-se ao Leste europeu como novo recipiente de ajuda internacional.

Uma África do Sul democrática, pelo menos a médio prazo, mais do que subjugar economicamente a região, será um concorrente na mobilização de recursos da ajuda internacional, que não tendo crescido substancialmente tem de atender a maiores solicitações internacionais.

O terceiro pressuposto é o da ajuda internacional, que se assume manter-se constante em termos reais ao nível dos últimos dois ou três anos.

Havendo possibilidade de um aumento — como consequência dos diferentes programas económicos e sociais resultantes de um acordo de cessar-fogo —, trata-se de uma premissa de fácil realização, desde que se mantenha a «performance» económica e financeira e não se assista a um agravamento do descontrolo económico, bem como desde que hajam manifestações claras de vontade política de combate à corrupção.

A última reunião do Grupo Consultivo realizada em Paris é uma prova da vontade da comunidade internacional apoiar o esforço moçambicano.

Metas ambiciosas

Se Moçambique atingir as taxas de crescimento económi-

co da ordem 10 por cento, como se espera, o rendimento «per capita», que para o ano de 1990 está calculado entre 80 e 100 dólares, sofrerá naturalmente uma evolução positiva.

Admitindo que a população cresça a uma taxa de 3 por cento ao ano, então ao fim de 5 anos o PIB «per capita» será de cerca de 140 dólares. Este valor representa apenas metade do PIB «per capita» registado no período anterior à independência nacional, ou, se quisermos, 57 por cento dos valores de 1981 — o melhor ano económico após a independência.

E, não obstante as elevadas taxas de crescimento, Moçambique continuará sendo um dos países mais pobres do mundo. Para atingir o rendimento «per capita» anterior à independência, admitindo uma taxa de crescimento de 7 por cento a partir de 1996 e mantendo-se a taxa de crescimento da população em 3 por cento, serão necessários 18 anos. Ou seja, só no ano de 2014 será atingido o valor correspondente ao de 1973.

As elevadas taxas de crescimento que se prevêem para o primeiro período pós-guerra poderão servir para escamotear esta realidade, mas será grave a ausência de consciência de que os problemas económicos e sociais de Moçambique só podem ser resolvidos a muito longo prazo. Por isso, as políticas económicas têm de reflectir esta necessidade.

Os dividendos da paz têm de ser utilizados para preparar programas de muito longo prazo, sob pena de mais uma oportunidade histórica se perder por falta de consenso nacional.

**Ex-ministro das Finanças de Moçambique e actual coordenador do Management Development Programme no PNUD (ONU)*

PUBLICO — SEGUNDA-FEIRA, 20 JANEIRO 1992

NEGOCIAÇÕES DE MOÇAMBIQUE NA TERÇA-FEIRA — A décima ronda de conversações para a paz em Moçambique tem início marcado para terça-feira em Roma. A equipa negociadora de Maputo chefiada pelo ministro Armando Guebuza partiu ontem para a capital italiana. Quanto à Renamo, cuja delegação é chefiada por Raul Domingos, encontra-se em Roma já desde sábado. Guebuza, pouco antes de deixar Maputo, afirmou à imprensa que leva instruções do Governo para usar de «flexibilidade» na nova ronda de conversações com a Renamo.

ram as causas daquele movimento armado moçambicano teriam passado pelas suas mãos».

A referida notícia é destituída de fundamento porquanto a Renamo nunca teve fundos, nem em Paris nem em qualquer outra parte, à sua disposição, e o sr. Alvaro Fornasini não é e nunca foi membro ou simpatizante da Renamo, para além de ser desconhecido pelos dirigentes da Renamo.

Se o sr. Fornasini estiver, de facto, envolvido no branqueamento de dinheiro canalizado para algum movimento armado, esse movimento não é a Renamo, com certeza. Aliás, o vosso correspondente não apresenta nenhuma prova do que afirma, limitando-se a especular.

NR — *Contactado em Paris, o correspondente do DN, Alvaro Morna, enviou-nos o seguinte esclarecimento: «São do conhecimento público, em Paris, as conotações existentes entre Alvaro Fornasini e a Renamo, nomeadamente as suas estreitas ligações com simpatizantes daquele movimento radicados na Alemanha. O próprio percurso de Alvaro Fornasini é elucidativo: preso pela Frelimo depois da independência de Moçambique, refugiou-se,*

após ter fugido da prisão, na África do Sul, onde se distinguiu como simpatizante activo da Renamo. Quando veio para Paris, em 1978, continuou a desenvolver iniciativas em favor da Renamo. Fornasini nunca desmentiu nem escondeu a sua simpatia activa pela rebelião moçambicana e os seus contactos com membros da Renamo.

Renamo atrasa-se

A PAZ em Moçambique volta esta semana a sofrer um adiamento, pois a décima ronda das conversações de paz, marcada para hoje em Roma, só deverá começar dentro de alguns dias, devido a atraso na chegada dos delegados da Renamo, segundo disse ao PÚBLICO o representante deste movimento em Portugal, Manuel Frank. «Lá para o fim da semana» é que a delegação deverá estar na capital italiana — afirmou Frank, que dentro de um mês e meio deverá ser substituído nas suas actuais funções, a fim de assumir a chefia do Departamento de Estudos da organização chefiada por Afonso Dhlakama.

Devido a vendas paralelas

Diamantes russos afligem De Beers

José Ricardo

Em Washington

Apesar de um acordo entre a De Beers e a extinta União Soviética, a companhia diamantífera sul-africana receia que a situação na ex-URSS possa ter consequências negativas sobre o preço dos diamantes no mercado mundial.

Segundo o jornal *Washington Post*, a companhia De Beers Consolidated Mines enviou um representante à Rússia, com o objectivo de lembrar aos russos como funcionam os mecanismos do mercado mundial que garantem a estabilidade dos preços.

A Organização Central de Vendas, com sede em Londres, controlada pela De Beers, adquire anualmente cerca de 75 por cento da produção mundial de diamantes, que é avaliada em cerca de 5,5 mil milhões de dólares.

Mantendo em *stock* cerca de 3,5 mil milhões de dólares em diamantes, a De Beers está em condições de garantir estabilidade dos preços dos diamantes no mercado mundial.

A Rússia é o maior produtor mundial, com uma produção anual estimada em cerca de 1,5 mil milhões de dólares, seguida da Austrália, África do Sul, Botswana e Zaire.

Durante 25 anos, um acordo secreto regulou os negócios entre a De Beers e a URSS; mas após a legalização do ANC, na África do Sul, as duas partes estabeleceram um acordo aberto, transferindo para a Organização Central de Vendas parte do *stock* soviético de diamantes contra empréstimos em divisas.

Rússia assumiu controlo

Com as alterações entretanto registadas na ex-União Soviética, a Rússia assumiu o controlo da sua produção de diamantes. Os receios da De Beers incidem sobre a possibilidade de a Rússia estar a polir uma percentagem dos seus diamantes para venda através de canais independentes, o que faria diminuir a procura de gemas distribuídas pela Organização Central de Vendas.

África do Sul abre Delegações em Luanda, Lusaka e Nairobi

O presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, ao anunciar que irão em breve ser abertas delegações diplomáticas em Luanda, Lusaka e Nairobi, lançou terça-feira um apelo ao estreitamento das relações de cooperação no Continente Africano, colocando ao dispor dos restantes países, nesse sentido, as enormes potencialidades sul-africanas.

Na sua mensagem de Ano Novo, FW de Klerk salientou a existência em muitos países de África de uma tendência crescente para a reconciliação nacional, democracia multipartidária e abertura à economia de mercado. Após sublinhar que a África do Sul é par-

te integrante do Continente Africano, o presidente da República apontou como lógica uma cooperação estreita entre este país e os seus vizinhos e até mesmo, no interesse de todos, com outros mais distantes.

De Klerk referiu que os recursos materiais e as infraestruturas humanas e tecnológicas da África do Sul têm muito a oferecer ao resto do Continente, adiantando que a África Austral poderá tornar-se num bloco económico poderoso se os países que a integram cooperarem estreitamente.

Conforme sublinhou, o comércio entre a África do Sul e outros países do Continente

mantém-se a níveis elevados, apesar da campanha de sanções económicas, figurando Pretória, para muitos deles, como seu parceiro principal comercial.

Para De Klerk, alguns factores adversos têm sido obstáculos a uma maior cooperação. Entre eles, o presidente sul-africano citou a guerra civil em alguns países, a falta de democracia devido a políticas monopartidárias e economias marxistas, e problemas constitucionais na própria África do Sul, onde se pretendem eliminar os princípios de base racial.

De Klerk considerou que este quadro está felizmente a mudar e, ao entrar no ano de 1992, a África do Sul disporá já de represen-

tações diplomáticas residentes em 13 países africanos, não residentes em outros três, preparando-se para abrir delegações oficiais em Luanda, Lusaka e Nairobi.

«Ansiamos pelo dia em que pessoas e bens possam circular em liberdade e sem restrições pelas fronteiras de todos os países africanos. Isto permitir-nos-ia partilhar as atracções turísticas e culturais e tornarmo-nos verdadeiros irmãos africanos» — disse FW de Klerk.

«É neste espírito que tenho o prazer de desejar a todo o povo de África um feliz, pacífico e próspero ano novo» — concluiu o presidente sul-africano.

Preparativos de cimeira

O PRESIDENTE Miguel Trovoada esteve nos últimos dias em Moçambique e Angola, a fim de convidar os seus homólogos para a cimeira dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa que se realiza em São Tomé nos dias 9 e 10 de Fevereiro, precedida por uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros. Portugal, a França, o Gabão e Angola vão ajudar São Tomé e Príncipe a organizar esta cimeira, sendo o contributo português constituído por computadores, fotocopiadoras e papel e o angolano por viaturas. O Presidente gabonês, Omar Bongo, emprestou o avião para Trovoada ir a Maputo e Luanda. ■

Important role for SA in Africa...

Share
Dec. 1991/Jan. 1992

ANC will help to fight CP

ANC president Nelson Mandela in December pledged to do everything in his power to ensure that President FW de Klerk's power base was not eroded by the white right wing party, the Conservative Party.

Addressing a media conference at his Sowto home on the eve of his departure for a series of top-level meetings in the United States, the ANC leader also said a serious attempt would be made to woo the CP to the negotiating table.

Discussing the question of the political threat posed by the white right wing to the thrust for a negotiated settlement, Mr Mandela said that there was "no doubt" that the CP was a danger to the National Party Government.

Although the ANC had "reservations" about Mr de Klerk and had previously perceived that his Government was playing "a double game", the State President remained "the only person with whom we can negotiate a new constitution."

"If De Klerk disappears we are back to square one," Mr Mandela said, adding that the ANC would do "everything in its power" to assist the State President in the face of the CP threat.

SA State President FW de Klerk is in favour of "multilateral regional talks" among southern African countries "similar to those of the Conference for Security and Co-operation in Europe".

In an address to the SA Institute of International Affairs in Johannesburg recently, Mr de Klerk said he looked forward to a southern African economic association in which SA would play a constructive role.

He noted that the Organisation of African Unity - which SA would "inevitably" join - was looking at the eventual establishment of an African Economic Community.

Mr de Klerk said it was important to identify all the areas in which the region could benefit through co-operation, and this would have to be achieved through multi-lateral discussions. "The European Community did not fall out of the air - it materialised through negotiations," he said.

Mr de Klerk said existing structures such as the Customs Union and the Southern African Development Co-ordinating Conference (SADCC) should be incorporated to give an "African community" a sound foundation. He added that SA already had resident representation in 13 independent African states, and would soon open offices in Luanda, Nairobi and Lusaka.

This year "no fewer than 65 official delegations from African states, other than the SADCC countries, visited SA for talks with me or the Minister of Foreign Affairs," he said.

Trade with Africa, excluding members of the SA Customs Union, increased by nearly 25 percent to more than R5 billion. Trade with Zimbabwe, Zambia, Mozambique and Malawi increased by 13.4 percent to more than R3 billion.

□ The Star

The ANC leader said the launch of real multiparty negotiations on December 20 under the auspices of the Convention for a Democratic South Africa (Codesa) was of "crucial importance".

□ The Star

17. 1 . 92
Jornal do Brasil

Marcha do CNA

O Congresso Nacional Africano (CNA), a maior organização anti-apartheid da África do Sul, convocou para o próximo dia 24 uma grande marcha na Cidade do Cabo a favor da reformulação do sistema parlamentar que exclui a participação dos negros. A marcha coincidirá com o discurso do presidente F.W. de Kler na abertura da atual legislatura.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 DE JANEIRO DE 1992

SAA volta à Austrália

A South African Airways recomeçará os seus voos para a Austrália este mês. A decisão prende-se com a notícia dada pelo governo australiano de que as sanções contra a África do Sul foram levantadas.

Inicialmente, o voo será efectuado semanalmente, de Joanesburgo para Perth, sem escala, e Sydney. Esta ligação tinha sido interrompida em 26 de Outubro de 1987.

Segundo o presidente da companhia, Gert Van der Veer, o início dos voos para a Austrália faz parte do actual processo de normalização entre a África do Sul e o resto do mundo. Em 1991, foram introduzidos serviços para Kinshasa, Nairobi, Coimbrões, Estados Unidos da América e Grécia. Pela primeira vez em 28 anos, a SAA voou directamente sobre África, usando a rota mais curta sobre a África Oriental. Os voos de e para Londres operam agora via Sudão e Egipto, em lugar de sobrevoarem a costa ocidental, via Mali, Mauritânia e Marrocos.

ANGOLA has come out far on top of a survey of African countries in which South African business people were asked to identify their main countries of interest for future opportunities.

According to a survey by the South African Foreign Trade Organisation (Safio) of more than 100 companies, among them some of the most important on the South African scene, Angola was earmarked by 71 as a place where they hoped to develop new markets.

Second on the list was Kenya with 30 points of interest, third Zambia

Share
Dec. 1991/Jan. 1992

New markets: Angola a popular choice

with 26 and next Zaire and Zimbabwe with 22 each.

Paul Runge, manager of Safio's Africa Business Development Group, has for some months noted with excitement the growing interest in Angola.

He said the Safio survey bears out all the signals that he has been picking up as South African business people make their way back into African markets formerly denied them in all but the most clandestine dealings.

Mr Runge said visits to African countries by South African business people were proving increasingly popular and there was a waiting list for the Angola trips.

Mr Runge is convinced that South Africa has an important role to play in the development of the mining sector in Angola. Another area of great attraction to South

African companies, was the infra-structural upgrading necessary now as Angola emerges from 16 years of civil war in which so much of its transport and communications network was destroyed.

He warned that the international competition for work in Angola was fierce.

The response of the South African business community to the Safio survey bears out opinion that has been catching on in recent months. Earlier this year Neil van Heerden, Director General of Foreign Affairs, said Angola was potentially South Africa's best trading partner in Africa.

The South African and Angolan governments recently agreed to exchange trade missions which is another important step in facilitating co-operation of South Africans in Angola. □ The Star

DAILY NEWS BULLETIN

Abbreviations used :

BD - Business Day	PAT - Die Patriot	STR - Star
BLD - Beeld	PN - Pretoria News	SUTR - Sunday
Tribune		
CIT - Citizen	RAP - Rapport	TVL - Transvaler
CP - City Press	SOW - Sowetan	VW - Vrye
Weekblad		
NM - Natal Mercury	ST - Sunday Times	WM - Weekly Mail
SAPA - South African Press Association		

CODESA TO BROADEN BASE : CIT 920114, P.1. ALL PAPERS

The Convention for a democratic South Africa's Management Committee yesterday discussed the sensitive issue of "broadening the base of Codesa", Dr Zach de Beer, the leader of the Democratic Party and chairman of yesterday's session said. "Certain political organisations have been invited (to join Codesa) and have declined. "There is the question of the Zulu King and of other traditional leaders. A special sub-committee has been asked to research this and report on it." "It was agreed that the Daily Management Committee would arrange for members of its own ranks to chair the Management Committee on a rotating basis. In the future, the DMC is responsible for providing chairmen for the MC." The Management Committee, which met at the Jan Smuts Airport Holiday Inn, also asked the DMC to deal with the structure and functioning of Codesa's secretariat, which to date had worked largely on an ad hoc basis. Dr De Beer said a date had not yet been agreed upon for Codesa Two, but there was a feeling in principle that it should be held by the end of March. He described yesterday's meeting, attended by two representatives from each of the 19 Codesa participants, including the government, as a success. The next Codesa meeting is on Monday, when all five working groups will meet at the World Trade Centre : "the intention being to determine their future work programme. It is not a meeting at which

substantive discussions will take place. The Daily Management Committee will also meet that day, and will assist the (working) groups in getting off the ground." The eight-member Daily Management Committee is : Dr De Beer, Mr Pravin Ghardan of the Natal Indian Congress; / Mr Peter Hendrickse of the Labour Party; Dr Frank Mdlalose of the Inkatha Freedom Party, Mr Roelf Meyer of the National Party; Prof Selby Ripinga of Inyandza in KaNgwane; Mr Zamikhaya Titus of Transkei and Mr Jacob Zuma of the African National Congress.

DR T : POLITICAL TIDE FAVOURS CP : CIT 920116, P.1

The political tide among White voters, swayed by the reform process, economic issues and rising crime, now strongly favoured the Conservative Party, Dr Andries Treurnicht, CP leader, said yesterday. The National Party was wrong in assuming that in the forthcoming referendum Whites would endorse whatever it negotiated with the ANC and others.

REFERENDUM ON INTERIM GOVT IN AUGUST? : C11 920115.
P.1+2

Voters may take part as early as August in a referendum for an interim government, should Codesa reach agreement within the next few months on transitional arrangements. With MP's gathering in Cape Town for the 1992 session of Parliament, there is widespread speculation among all political parties, including the National Party, on early agreement within Codesa and a national referendum on the proposals as soon as August, but not later than September. This would allow Parliament to be recalled in October to approve the necessary amendments to the Constitution Act of 1983 to make way for the new systems.

POLICE ROUND UP RIGHT-WINGERS AFTER BLASTS : BD 920116.
P.1. ALSO C11. STR

Police yesterday arrested four right-wingers in connection with the spate of blasts at Transvaal schools and post offices, bringing the number of those held in connection with the blasts to seven. The Mine Workers' Union said official Andries Kriel was one of those arrested. A police spokesman said last night the arrests were in connection with the blasts at Melkrievier school, west of Potgietersrus, three other explosions at schools in the eastern and western Transvaal and two blasts at post offices. Police also arrested six AWB members in connection with the destruction of a R10 000 bust of AWB leader Eugene Terreblanche at the SA National Gallery in Cape Town yesterday.

POLICEMEN'S DEATHS : 12 PAC MEN HELD : BD 920116. P.1.
ALSO C11. STR

Police are holding at least 12 PAC members in connection with police killings allegedly carried out by the organisation's armed wing, the Azanian People's Liberation Army (Apla). PAC official Mofe Litheko said four men were detained in terms of Section 29 of the Internal Security Act following December 14 bombings in Manguang township, Bloemfontein, and grenade attacks on Batho police station.

ANC GUIDELINES FOR MEDIA REFORM : BD 920114. P.1

The ANC yesterday released its draft media charter, which calls for no political censorship but insists on affirmative action to ensure an "equitable distribution of media resources". The document also slates the SABC and calls for a reconstitution of its board by Codesa. It criticises the print media, government's Communication Service (formerly the Bureau for Information) and the film industry. The charter calls for the prohibition of all institutional and legislative measures which restrict the free flow of information or impose censorship.

SAVAGE NEW CENSORSHIP IN TOWNSHIPS : PN 920108. P.2

Political activists in South Africa's black townships are operating a new censorship which is more intolerant and savage than anything seen under apartheid, says Haritz van den Berg, a member of the South African Institute of Race Relations. In a letter published in The Times, he said black journalists had alleged that vital information was not reaching the Press because of the intimidation of reporters. "There is every appearance of a systematic and growing reign of terror being imposed by political organisations mostly from the radical left."

O apelo de Mandela

Os agricultores brancos desempenham um importante papel na economia do país que quer enterrar o «apartheid»

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

A importância que o ANC atribui ao papel que deve caber à população branca na África do Sul, cujo futuro agora se discute, com a participação de todas as etnias, foi sublinhado por Nelson Mandela, nas comemorações do 80.º aniversário do movimento que dirige, ao afirmar a necessidade de «lutar contra todas as formas de "apartheid"».

A saída maciça dos brancos não interessa ao ANC. Discursando na cidade de Bloemfontein, no Orange Free State, em pleno coração dos «boers», Mandela disse que «chegou a hora para que

todos, unidos, apoiem um futuro democrático».

A mensagem privilegiou um dos vários destinatários. Aplaudido por cerca de quarenta mil negros, o dirigente do ANC afirmou: «Nós dirigimos o nosso apelo, especialmente, àqueles sectores da comunidade "afrikaner", como agricultores e trabalhadores, que, ao longo da história, têm sido mal dirigidos e prejudicados por políticos egocêntricos que, durante anos, defenderam uma causa sem futuro.»

As declarações de Nelson Mandela assumem particular importância no contexto das reivindicações básicas do ANC para o ano que agora começou.

A questão da formação de

uma assembleia constituinte torna-se vital para o Congresso Nacional Africano. «O ANC irá lutar pela formação de um governo interino, no primeiro semestre deste ano, e para que seja eleita uma assembleia constituinte, até Dezembro», disse o líder do ANC.

Segundo Mandela, o movimento que dirige entrou na nona década de existência «cheio de confiança de que os ideais que inspiraram a nossa formação estão prestes a ser atingidos. Numa análise final, questões como a das eleições representarão uma disputa entre "apartheid" e democracia, entre dominação branca e libertação nacional».

A nível do funcionamento da Convenção por uma Áfri-

ca do Sul Democrática (Codesa), esta semana foi marcada pela eleição de uma comissão destinada a gerir as questões diárias desta entidade onde se debate o futuro do país.

Numa reunião realizada em Joanesburgo, com a participação de representantes do governo, formações políticas e instituições sociais e religiosas, num total de 19 entidades, as questões em debate, de carácter predominantemente administrativo, experimentaram um «avanço muito sólido» — declarou o presidente do encontro e dirigente do Partido Democrático, Zack de Beer. A próxima reunião da Codesa realiza-se na segunda-feira da semana que se avizinha.

PÚBLICO 18 JANEIRO 1992

Spike Lee é "bem-vindo" à África do Sul

O REALIZADOR negro norte-americano Spike Lee fará a sua primeira viagem à África do Sul na próxima semana, quando se deslocar a Joanesburgo para filmar no Soweto cenas de "Any Means Necessary", o seu filme sobre Malcolm X, o líder radical assassinado em 1965, anunciou ontem Rapiitse Montsho, fonte próxima do cineasta. Lee permanecerá o país de quinta-feira a domingo e a sua presença, segundo Montsho, "representará uma nova era na cultura dos filmes de protesto na África do Sul". Lee participará ainda num "workshop" para membros do Black Films and Allied Workers' Organization. A Azapo, movimento radical que é a favor da manutenção do boicote contra a África do Sul — e por isso se manifestou contra a "tourné" de Paul Simon no país —, já aprovou a visita de Lee e anunciou que promoverá um encontro com o realizador para "troca de pontos de vista". "Os que vêm à África do Sul para apoiar a cultura dominante não são bem-vindos; os que vêm apoiar a cultura da resistência, são bem-vindos. Lee pertence a esta última categoria", segundo Oupa Ngyanya, porta-voz da Azapo.

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 14 JANEIRO 1992

Dirigentes da Azayo interrogados

A POLÍCIA sul-africana interrogou, ontem, Thami Moerwa, dirigente da Azayo, a ala jovem da Organização do Povo Anzaniano (Azapo), que ameaçou recorrer ao uso da violência para impedir a realização da digressão do cantor norte-americano Paul Simon à África do Sul. Thami foi preso ao princípio da tarde de ontem para ser interrogado sobre o atentado à bomba perpetrado na passada semana contra as instalações da PA Sound Corp — empresa responsável pela tournée de Simon. Thami foi libertado poucas horas depois. Para além de Thami foi também interrogado um outro líder do movimento chamado Steve Peters. O atentado contra a PA Sound Corp, cujas instalações em Joanesburgo foram destruídas por duas granadas de fabrico soviético, foi reivindicado pelo Exército de Libertação Nacional Azaniano, um braço armado da Azayo. Terá sido essa reivindicação que levou à interrogação destes dois líderes embora a polícia se recuse a confirmar que foi essa a razão que esteve na origem dos mandatos de captura.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 DE JANEIRO DE 1992

CE levanta últimas sanções à África do Sul

A COMUNIDADE Europeia vai em breve levantar definitivamente as últimas sanções comerciais contra a África do Sul, anunciaram fontes comunitárias. Segundo as fontes, os embaixadores permanentes dos Doze, reunidos na sexta-feira, em Bruxelas, decidiram que a CE poderá importar moedas de ouro e certos produtos em aço e ferro provenientes da África do Sul.

As únicas medidas restritivas, que continuarão a vigorar, são de carácter bilateral e dizem respeito à venda de armas e de material policial.

Mandela no Magrebe

QUARTA-FEIRA, 15 JANEIRO 1992

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, parte hoje para a Tunísia, primeira etapa de uma viagem que o vai levar à Líbia e a Marrocos e, depois, à Suíça, França (onde receberá, em conjunto com o Presidente Frederik de Klerk, o prémio Félix Houphouët-Boigny, que Ines foi atribuído pela UNESCO) e Dinamarca. Na véspera da partida, declarou numa entrevista que a permanência do Presidente De Klerk à frente do país, por mais algum tempo, é essencial para o processo das negociações. Mas evitou dizer o que é que o ANC poderá fazer para ajudar o Chefe do Estado, face à ameaça crescente da extrema-direita.

PÚBLICO
20 JANEIRO 1992

Anglo American Corporation UM POLVO ECONÓMICO

Anglo American Corporation (AAC) é, sem dúvida, a maior corporação na África Austral. Ninguém discute isto, mas até que ponto a AAC controla a economia da África do Sul, qual é o grau de controlo sobre o Governo e em que medida influencia o desenrolar dos eventos no palco político do país? Questões eternamente debatidas.

O homem melhor qualificado para resolver o debate, Harry Oppenheimer, com os seus 83 anos, sempre foge, discretamente, de tais questões. Harry, o filho do primeiro presidente da AAC, Sir Ernest Oppenheimer, já se aposentou como presidente da corporação. No entanto, fontes ligadas aos mais altos escalões de 44 Main Street, Joanesburgo, dizem que o actual presidente, Julian Ogilvie Thompson, jamais ousaria tomar uma decisão importante sem consultar o patriarca.

O nome Oppenheimer é intimamente ligado a AAC: o primeiro, o segundo e, provavelmente, o próximo presidente da Corporação carregariam este nome.

Quando Harry Oppenheimer se aposentou, em 1983, o seu filho Nicholas era muito novo para assumir a presidência, que, assim, foi ocupada por Gavin Relly. E, subsequentemente, por Julian Ogilvie Thompson. Nicholas (agora com 46 anos de idade) prepara-se para assumir a liderança da AAC — já é vice presidente da AAC, presidente da Central Selling Organisation em Londres e presidente da Amgold (Anglo American Gold Corporation), entre outras posições de destaque dentro do grupo.

Nicholas não vai ser presidente da corporação mais poderosa da África do Sul somente por nostalgia. A família Oppenheimer é uma das maiores accionistas da AAC. Nunca foi divulgada a extensão desta participação, mas, segundo "McGregor's Online Information", a família possui directamente pelo menos 8,45 por cento das acções da AAC, 7 por cento da Minorco e muito mais nas suas pastas secretas.

Em 1952, segundo Duncan Innes, a Anglo produziu 25 por cento do ouro na África do Sul, 24 por cento do urânio na África do Sul, 43 por cento do carvão na África Austral, 51 por cento do cobre na Zâmbia, 41 por cento dos diamantes do mundo.

Em 1990, segundo o anuário "Who Owns Whom", de Robin McGregor, a Anglo American Corporation controla 45 por cento das acções na Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE). O actual presidente da AAC, Julian Ogilvie Thompson, desmentiu esta cifra dizendo que detém "somente" 30 por cento da JSE.

A Anglo American Corporation continua a ser a maior produtora de ouro do mundo, mas este detalhe deixou de ter a

importância que tinha no início dos anos 80, quando era responsável por 40 por cento dos lucros da Corporação. No período de um ano, que terminou em Março de 1990, o ouro produziu somente 17 por cento dos lucros do grupo.

Domínio crescente

Segundo dados publicados em 1989, a Anglo produziu 20 por cento de todo o ouro do mundo fo-

gica, enquanto a De Beers, através da CSO (Central Selling Organisation), controlou o mercado para 80 por cento dos diamantes vendidos no mundo ocidental. Desde então, este domínio cresceu, como resultado de um contrato assinado com o Governo russo, deixando o "marketing" das pedras preciosas produzidas na Rússia à CSO.

Para se ter uma ideia do poder destas entidades, basta saber que há alguns anos o Governo do general Mobutu Sese Seko, no Zaire, resolveu abandonar a CSO. A directoria da De Beers simplesmente inundou o mercado internacional com a mesma qualidade de diamantes daqueles produzidos no Zaire. Poucos meses mais tarde, Zaire pediu para que a CSO vendesse as suas pedras preciosas.

Durante a guerra civil em Angola, o Governo do MPLA usou a renda das suas minas de diamantes para financiar operações contra a UNITA. Como muitos soldados sul-africanos (até três mil) lutaram e morreram (dezenas) ao lado da UNITA, será que uma companhia sul-africana ajudava a financiar armamentos que em seguida matavam os seus próprios compatriotas?

Até alguns anos atrás, os japoneses nunca trocavam anéis de brilhantes quando se casavam — uma oportunidade perfeita para os "marketing experts" da De Beers. Com uma maciça campanha de anúncios, De Beers conseguiu convencer os japoneses da necessidade de se trocar alianças como prova de amor. Hoje em dia, praticamente todas as pessoas casadas no Japão usam anéis de diamantes.

Nos anos 80, a economia sul-africana enriqueceu com o ouro e os

trangeiras abandonaram o país. A Anglo American continuou a fazer lucros, mas não havia onde investir tais fundos. No exterior, as multinacionais preferiram não se associar com uma entidade que era tão obviamente sul-africana. Ninguém queria saber de investimentos sul-africanos. Fracassou a tentativa da Minorco, uma subsidiária da AAC, para comprar ConsGold, no que seria a maior "take over" da história britânica.

Nos últimos dois anos, o dinheiro sul-africano vem assumindo uma face mais aceitável, deixando a AAC a comprar uma participação substancial, embora minoritária (20 por cento), na Normandy Poseidon. A Normandy controla a mina de diamantes Bow River — a maior da Austrália — e vários interesses responsáveis por 22 toneladas de ouro por ano.

A AAC tem interesses substanciais em todos os cantos do mundo: minas de cobre no Chile, minas no Brasil, nos EUA, no Canadá, propriedades em quase todas as capitais do planeta e fábricas e fazendas principalmente nos países africanos.

Ao formar a sua nova companhia, em 1917, Ernest Oppenheimer sabia muito bem da importância de se manter boas relações com os estadistas da época. Dois dos seis directores da AAC tinham experiência directa nas estruturas governamentais. Tanto Ernest quanto Harry serviram durante um certo período como parlamentares, representando o seu distrito eleitoral.

Alta traição

A maior companhia do país tem de exercer uma influência política importante. Mas o Partido Nacionalista, dominando o Governo sul-africano desde 1948, e sendo essencialmente um partido político dos "afrikaners" (sul-africanos brancos de descendência holandesa), nunca confiou nos capitalistas que só falam inglês na boca.

Como nasceu o grupo mais poderoso da África do Sul

UM DIAMANTE PARA COMEÇAR

A história da Anglo American Corporation (AAC) está intimamente ligada ao desenvolvimento da extracção mineira e da indústria na África do Sul. Antes da chegada ao Cabo dos primeiros europeus, as tribos indígenas minavam ferro para usar nas pontas das suas flechas e em pulseiras e joalheria. Os pioneiros holandeses também exploraram certos minérios na então colónia do Cabo. A primeira mina a ser explorada em base comercial instalou-se, em 1852, na parte ocidental do Cabo para explorar depósitos de cobre. Estas tentativas tiveram efeitos mínimos na vida quotidiana da colónia britânica.

Em 1867, foi encontrado perto de Capetown o diamante que mudaria, para sempre, a história do subcontinente. Quatro anos mais tarde, as maiores minas de diamantes do mundo estavam em funcionamento na área conhecida como Kimberley. As cinco maiores minas — Kimberley, De Beers, Du Toitpan, Bultfontein e, um pouco afastada de Kimberley, Jagersfontein — formaram a base da indústria mineira sul-africana.

Nos primeiros anos da exploração em Kimberley, os garimpeiros estabeleceram as suas próprias leis (Diggers Laws) e resolveram que cada indivíduo podia possuir somente duas concessões nas áreas diamantíferas. Quando as minas, que eram enormes buracos, tiveram de ser aprofundadas cada vez mais, o espaço de duas concessões não permitia prosseguir a exploração de maneira eficiente. A lei foi mudada duas vezes, a primeira permitiu um número máximo de dez concessões por garimpeiro e, em seguida, eliminou todos os limites.

As modificações nas leis levaram a que o número de concessões na mina de Kimberley fosse de

71, entre 1871 e 1881. Sete anos mais tarde, a tendência monopolizada chegou à sua conclusão lógica em duas das cinco minas na área de Kimberley. De Beers Company, sob a direcção de Cecil Rhodes, era dona de todas as concessões na mina de Beers, enquanto que a Kimberley Co., sob o controlo dos irmãos Barnato, possuía todas as concessões na mina Kimberley.

Num ano, Cecil Rhodes conseguiu empregar capitais do grupo Rothschild da Europa para comprar Kimberley Co. e assim formar a De Beers Consolidated. Naquela altura, a cotação de diamantes nos mercados internacionais caía substancialmente devido aos aumentos mundiais na produção destas pedras preciosas. A De Beers Consolidated já tinha força económica adequada para comprar todas as concessões que sobraram nas minas de Bultfontein e Du Toitpan.

Em 1888, Cecil Rhodes já controlava as maiores minas diamantíferas no mundo. Fechou imediatamente as minas Du Toitpan e Bultfontein para assim poder limitar a produção de diamantes e, conseqüentemente, controlar os preços nos mercados da Europa. Pela mesma razão, a De Beers Consolidated controla até hoje, através da Central Selling Organisation, o número de diamantes posto à venda nos mercados internacionais.

Em 1886, um garimpeiro chamado George Harrison descobriu ouro na Witwatersrand (serra das águas brancas) e iniciou uma nova corrida para a África do Sul, ou, mais especificamente, para a então República do

O processo monopolizador começou mais rapidamente nos campos de ouro por causa da profundidade em que os minérios de ouro são encontrados. Uma mina de ouro pode ser mais rentável, a longo prazo, do que uma mina de diamantes, mas precisa de bastante mais capital para iniciar a produção.

Logo na primeira década deste século, seis corporações (Mining Houses) controlavam praticamente todas as minas de ouro na Witwatersrand. Os capitais empregues para financiar as minas de ouro foram gerados nas minas de diamantes em Kimberley.

Em 1905, A. Dunkelsbuhler and Co., uma companhia controlada pela família Oppenheimer e fundada em Kimberley para comercializar diamantes, comprou uma das menores companhias envolvidas na exploração de ouro — a Consolidated Mines Selection Co. A Consolidated não era muito rentável, já que só tinha concessões na parte oriental da Witwatersrand, uma área menos rica do que a parte central. Sob o controlo dos irmãos Oppenheimer, a Consolidated Mines Selection começou a comprar concessões designadas como "minas de carvão". Em 1916, foi divulgado que as referidas concessões de carvão possuíam, de facto, os maiores depósitos de ouro até então descobertos do mundo.

A companhia Consolidated precisava de capitais consideráveis para explorar as novas minas, mas, como um terço das suas acções pertencia a interesses na Alemanha, tornou-se impossível gerar capitais da sua fonte tradicional — a Grã-Bretanha, ou da única outra fonte capaz de, naquela altura, levantar os fundos necessários — os Estados Unidos.

evitar quaisquer problemas que podiam resultar dos interesses alemães, resolveu formar-se uma nova corporação cujo principal objectivo seria a exploração dos campos de ouro na parte oriental do Witwatersrand.

Em 25 de Setembro de 1917, formou-se a Anglo American Corporation com metade dos capitais provenientes dos EUA, 25 por cento da Grã-Bretanha e o restante da África do Sul. A Anglo tinha seis directores: Ernest Oppenheimer, o presidente da directoria que representava os interesses da família Oppenheimer; três americanos, que representavam os accionistas dos EUA; FC Hull, o primeiro-ministro das Finanças da União da África do Sul, e H. Crawford, um parlamentar sul-africano.

As novas minas de ouro geraram fundos suficientes para que a Anglo pudesse comprar, em 1919, praticamente todas as minas de diamantes no Sudoeste africano. Juntou estas minas para formar a Consolidated Diamond Mines of South West Africa — um monopólio naquela colónia sul-africana. Em 1923, a AAC comprou a Companhia de Diamantes de Angola e investiu noutras áreas da África Ocidental.

Em 19 de Dezembro de 1929, logo depois do

usando o apoio financeiro dos Rothschilds, obteve uma participação maioritária na De Beers Consolidated e tornou-se presidente da maior produtora de diamantes do mundo. Nos anos seguintes, a expansão da Anglo prosseguiu com um ímpeto quase incontrolável. Sempre a procura de novas minas, a Anglo e a sua maior subsidiária, a De Beers, compraram milhares de hectares de terras. Não podiam explorar toda esta

área com as subsidiárias

foram criadas para utilizar as referidas terras para fins agrícolas.

Com a crescente necessidade de equipamentos e maquinarias, a Anglo comprou dezenas de oficinas e companhias químicas. Desta maneira, a AAC conseguiu diversificar-se, entrando em todos os sectores da economia sul-africana. A expansão industrial acelerou nos anos 50, quando a alta rentabilidade das minas providenciou capitais que podiam ser investidos com uma taxa de crescimento superior a cinco por cento ao ano.